The background of the page is a photograph of a dam with multiple concrete pillars, situated in a valley. The scene is captured during sunset or sunrise, with a warm, golden glow across the sky and water. The dam's structure is reflected in the calm water in the foreground. The overall atmosphere is serene and natural.

**PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DE AÇÕES DE
RECUPERAÇÃO EM SAÚDE PÓS-ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE
FUNDÃO DE MARIANA-MG
MUNICÍPIO DE COLATINA-ES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA

João Guerino Balestrassi – Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Michel Fernando Barth – Secretário Municipal de Saúde

Grupo técnico de Elaboração

Superintendência de Gestão Administrativa
Superintendência de Vigilância em Saúde
Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica
Coordenadoria de Vigilância Sanitária
Coordenadoria de Educação Permanente
Coordenadoria de CEREST
Coordenadoria de CREFIM
Coordenadoria de CRAI
Coordenadoria de Assistência Farmacêutica
Coordenadoria de Atenção Primária
Coordenadoria de Saúde Bucal
Coordenadoria de CAPS Transtorno
Coordenadoria de CAPS-AD

1. INTRODUÇÃO

Ocorreu no dia 05 de novembro de 2015, o rompimento da Barragem de Fundão no município de Mariana em Minas Gerais, o maior desastre envolvendo barragens de mineração já registrado mundialmente, mais de 50 milhões de m³ de rejeitos de mineração foram lançados no meio ambiente e a lama causou estragos e devastação em um trecho ao longo dos rios Gualaxo do Norte, do Carmo e da Bacia do rio Doce. O evento foi caracterizado como um acidente ampliado de trabalho que ocasionou um desastre socioeconômico e socioambiental.

Em 13 dias, a lama avançou mais de 500 quilômetros, atingindo os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, atravessando municípios como Baixo Guandu e Colatina, até chegar à Foz do rio Doce, em Regência, no município de Linhares (figura 1).

Figura 1 – Percurso da lama de rejeitos da Barragem do Fundão localizada no município de Mariana, teve destino final, no litoral do estado do Espírito Santo.



Fonte: ORGANIC SEWS BRASIL.

Foram constatados impactos adversos, diretos ou indiretos, em todos os setores econômicos das áreas geográficas de abrangência do desastre, cujo espectro de magnitude variou conforme a localização e tipo de atividade produtiva.

No dia 18 de novembro do mesmo ano a lama de rejeitos chegou no município de Colatina e a captação de água do rio Doce foi suspensa. Após o rompimento da barragem, o Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano –

VIGIAGUA, intensificou o monitoramento da qualidade da água consumida pela população.

Neste contexto, o Plano Municipal de Gerenciamento de Ações de Recuperação em Saúde Pós-Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG, do município de Colatina-ES foi organizado considerando as ações necessárias dos gestores da saúde no sentido de buscar soluções para os problemas de sua população. O Plano propõe modificar o atual quadro de saúde do município, de modo a alcançar uma nova situação em que haja a melhoria da qualidade de vida, maiores níveis de saúde, bem-estar e desenvolvimento social dessa população impactada pela lama de rejeitos.

Ainda, cabe destacar que os rejeitos são compostos químicos e que seu efeito diante da exposição à saúde humana pode levar meses e até anos para serem identificados, fazendo necessário um acompanhamento específico e contínuo na saúde da população atingida. Sendo assim, é extremamente complexo o monitoramento dos efeitos desta exposição nos dias atuais, visto que não foram desenvolvidos protocolos específicos para monitoramento desta população.

Devido à complexidade da situação, é importante salientar o elevado padrão de despesas, considerando a necessidade de exames específicos e sensíveis ao tipo de exposição sofrida, consultas profissionais especializadas, tempo de pesquisa dos profissionais de saúde e capacitações, tornando assim o Plano passível de revisões periódicas.

Por fim, o documento será operacionalizado através de programas e projetos mais específicos, nos quais estão detalhadas as ações a serem implementadas, seus cronogramas e recursos necessários.

2. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

Após o ocorrido, a população do município vivenciou dificuldade para a obtenção de água potável, a pesca foi suspensa e a lama chegou a invadir muitas casas nos bairros entre outros prejuízos (foto 1).

Por mais de um mês, o abastecimento de água para consumo foi realizado por caminhões pipas e os moradores recebiam em determinados pontos da cidade, na quantidade de 5 litros por pessoa. O número pequeno de locais de distribuição ocasionou a ocorrência de filas enormes, nas quais os moradores perdiam horas. Além disso, a distribuição era realizada em horário fixo, por isso, trabalhadores com longas jornadas de trabalho muitas vezes não conseguiam receber a água que precisavam. A comunidade teve sua segurança e bem-estar hídricos abalados desde o desastre.

Foram distribuídos para a população 6 milhões de litros de água mineral para consumo e outros 51 milhões de litros de água por meio de caminhão-pipa. A população estimada do município na data do desastre ambiental era estimada em 111.788 mil (IBGE, 2010). No entanto, se considerados os 5 litros de água mineral para consumo por pessoa, totaliza em média 16,7 milhões de litros de água ao mês, dessa forma a quantidade de água distribuída beneficiou apenas aproximadamente 36 % da população.

O abastecimento da água era realizado em pontos alternativos, onde foram instalados cerca de 52 pontos de distribuição de água em diferentes bairros. No entanto, muitos problemas surgiram como: confusão nas filas, poucas pessoas para distribuir a água aos moradores, horários de distribuição incompatível com a jornada de trabalho dos trabalhadores, o que impediu o acesso de muitos à água distribuída e alguns bairros de comunidades periféricas só teve acesso aos primeiros galões de água apenas 5 dias após a distribuição de água. (SOUSA, 2021)

A população ficou apreensiva antes mesmo da chegada da lama, levando ao aumento da procura de água mineral. Em consequência disso, os valores do galão de água mineral triplicaram. Após a chegada da lama, a população ficou proibida de fazer o consumo da água devido à quantidade de metais acima dos valores permitidos pela legislação. (SOUSA, 2021).

A pesca praticada para subsistência foi proibida através de liminar do Ministério Público Federal (MPF) em fevereiro de 2016 por tempo indeterminado na região da Foz do rio Doce, gerando insegurança em relação ao consumo do pescado em toda a extensão do rio impactada pelos rejeitos do desastre socioambiental.

Diante disso, as pessoas que viviam da pesca, tiveram que parar suas atividades devido aos danos causados pelo desastre. No município de Colatina, segundo a reportagem, cerca de 200 famílias dependiam da pesca e viviam um clima de pura apreensão. (BORGES et al, 2019)

Foto 1: Comparativo do Rio Doce nos anos de 2009 e 2019.



Fonte: Plano de Reparação e Ações Mitigatórias em saúde e Enfrentamento aos Riscos, Danos e Impactos Decorrentes do Desastre da Barragem de Fundão, Linhares/ES.

2.1. Características Gerais do Município

O município tem uma economia diversificada. Na agricultura tem uma grande variedade de culturas com destaque para o café, fruticultura, criação de gado leiteiro e de corte. A atividade agrícola está, em sua maioria, organizada na forma de agricultura familiar. Sua indústria está atualmente baseada no setor de confecções, porém possui destaque no setor metal mecânico e no moveleiro. Em relação aos serviços, também destacam-se os setores bancário, educacional e o setor saúde como geradores de renda e emprego no município.

Localizado na região norte do estado (latitude: 19° 32' 22" S, longitude: 40° 37' 50" W), é cortada ao meio pelo rio Doce. A topografia do município varia de ondulada para montanhosa, com altitudes entre 40 e 600 metros acima do nível do mar. O clima

predominante é o quente úmido, típico do Vale do rio Doce, com inverno seco. A temperatura média é de 28°.

A média anual de precipitação no município de Colatina é de 1.100 mm, sendo sazonalmente dividido em dois períodos. Um chuvoso, entre os meses de outubro a abril, com um total de 940,5 mm, o que corresponde a 85,5 % do total acumulado anual e um período menos chuvoso entre os meses de maio a setembro, com um total de 159,50 mm que corresponde a 14,5 % do total. A rede hidrográfica do município apresenta o rio Doce como curso d'água principal e tendo os rios Santa Joana, Santa Maria, Pancas, São José, Baunilha e Pau Gigante como os principais e todos afluentes do rio Doce. Merece destaque também as lagoas do Limão, Taboal, Cobra Verde, Óleo e Boa Noite. (INCAPER, 2020)

Os tipos de solo que predominam no território são latossolo vermelho amarelo, distrófico, com fertilidade média e acidez moderada, pH em torno de 5,0. A topografia que predomina é plano e ondulado (60% da área total) O clima é quente, típico do vale do rio Doce, com inverno seco. (INCAPER, 2020)

2.1.1. Histórico

Durante longo tempo o rio Doce, constituindo o limite natural entre a zona povoada e a região desconhecida ao norte do Espírito Santo, apresentou-se como a única via de acesso às terras que hoje formam o município de Colatina. Das tentativas de colonização através de seu curso e que se prolongaram até a última década do século XIX, Linhares foi o único núcleo populacional que se formou.

Em 1857, Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, com 48 colonos, iniciou na margem esquerda do rio Doce, entre os rios Pancas e São João, a colônia de Fransilvânia. A morte de Avelino dos Santos França Leite, vítima de uma das incursões dos botocudos, levou-a, todavia, à decadência e, posteriormente, a completo aniquilamento.

As notícias que circularam, então, acerca da ferocidade daquela tribo indígena, redundaram ao desvio para outras colônias de sucessivas levas de imigrantes europeus, o que retardou o devassamento da região. A colônia do Limão, por esse fato, só em 1888

conseguiu receber os primeiros imigrantes italianos. Desta vez, entretanto, o local foi assolado pela malária e os poucos sobreviventes emigraram para o sul.

O povoamento do território colatinense só se efetivou realmente a partir dos últimos dez anos do século XIX. Com a expansão da colônia de Santa Leopoldina, o movimento colonizador tomou a direção do norte. O núcleo Antônio Prado, iniciado na região serrana do Canaã, constituído, em sua maior parte, de imigrantes italianos que se dedicavam à cafeicultura, estendeu-se pelo vale de Santa Maria do Rio Doce.

Os primeiros habitantes foram os índios botocudos, que ocupavam a área da floresta do rio Doce até São Mateus, no norte do estado.

A região era formada dentro dos atuais limites municipais, chamado de Mutum (Boapaba) e, mais tarde, Barracão de Baunilha, às margens do rio Baunilha. A barra do Santa Maria no rio Doce constituía o ponto terminal da zona pioneira, pois a barreira florestal que se lhe deparava à margem esquerda do rio Doce era uma ameaça constante que impedia a expansão para o norte, advindo, daí, a construção de alguns casebres onde se ergue, hoje, o bairro de Colatina Velha, primeiramente denominado Arraial da Barra de Santa Maria.

Em 1899, o local foi elevado à sede do distrito, e, então, o engenheiro Gabriel Emílio da Costa deu-lhe o nome de Colatina, em homenagem à Dona Colatina, esposa do governador Muniz Freire.

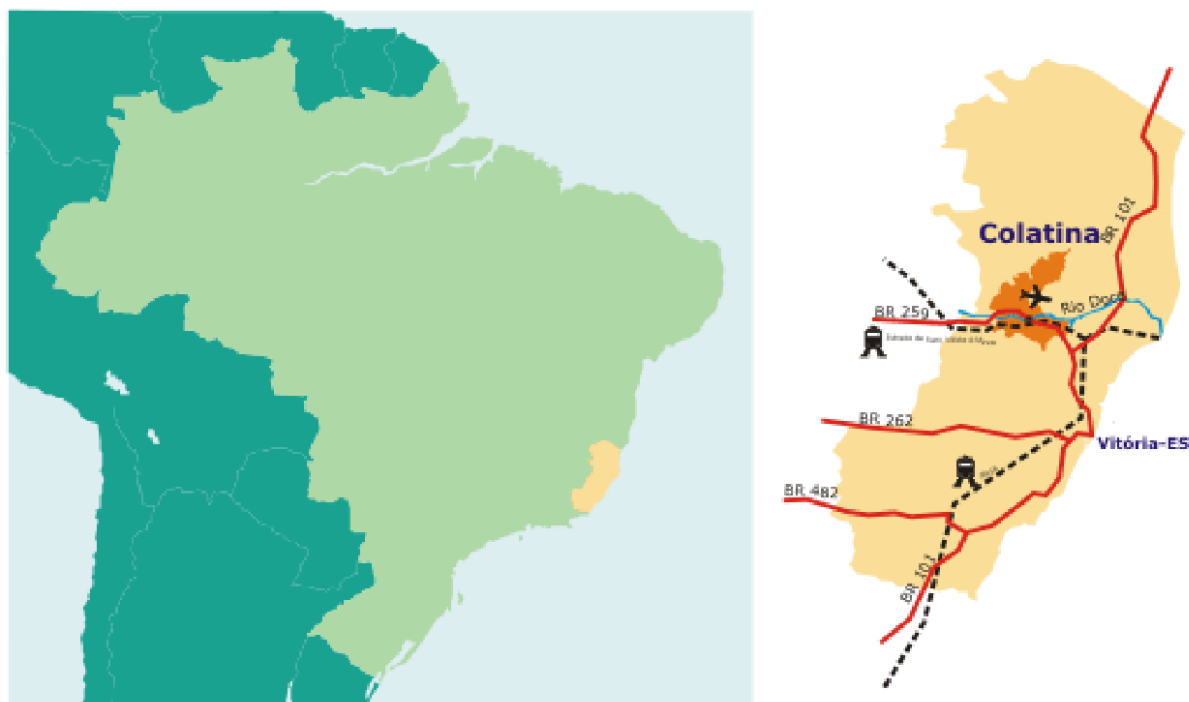
2.1.2. Caracterização do Território

Colatina é atualmente uma das mais importantes cidades do interior do estado do Espírito Santo. Possui uma área total de 1.416.804 km², com uma densidade populacional de 78,90 hab./km² (figura 2). Esta população está distribuída de maneira disforme na área, sendo que 88% desta população estão dentro da zona urbana (figura 3) do município, ficando apenas 12% na zona rural (figura 4). Faz fronteira com os municípios de São Roque do Canaã, Marilândia e João Neiva, a 135 km da capital, Vitória.

A cidade possui um bairro denominado Centro, situado na margem sul do rio Doce, onde estão concentrados a maior parte da oferta de comércio e serviços, bairros

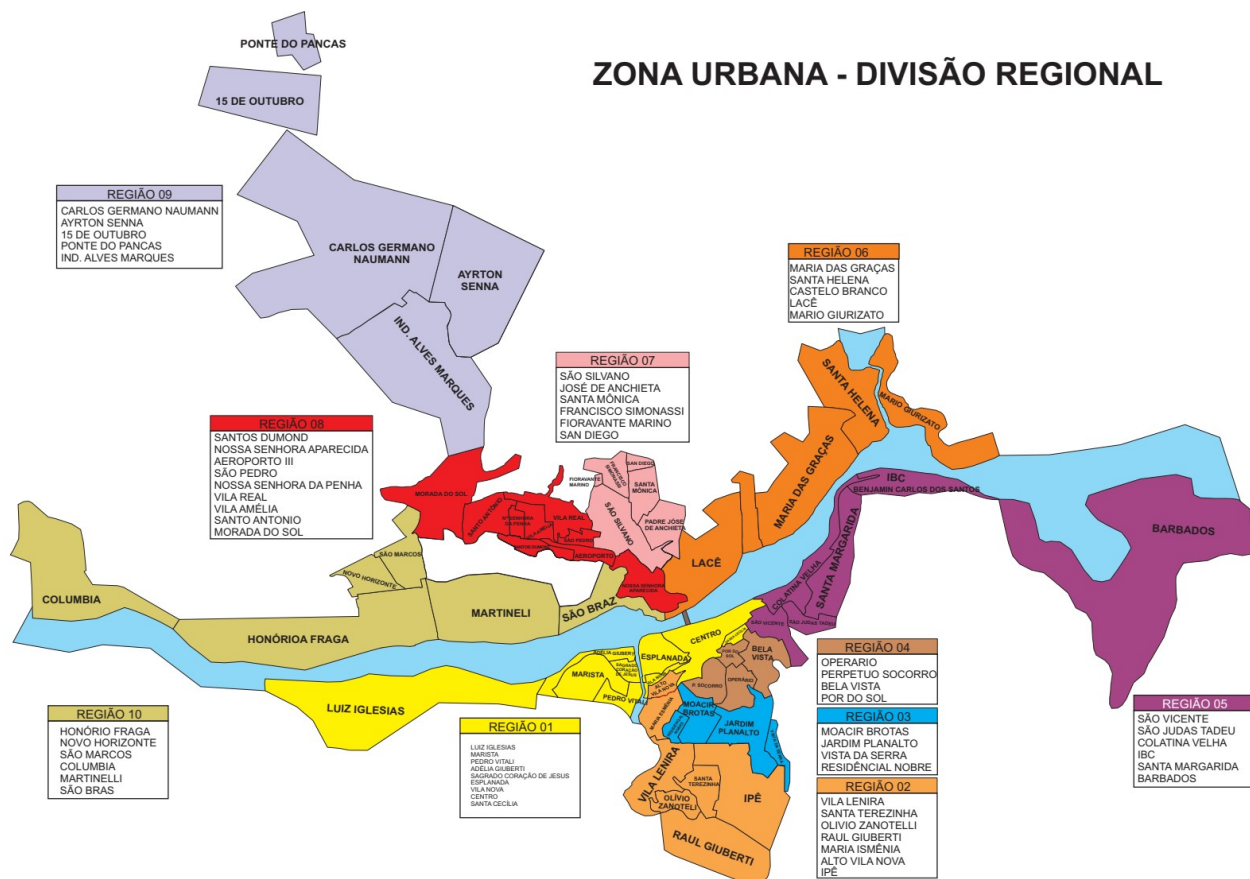
Esplanada e Vila Nova possuem característica similar ao Centro, porém com grande concentração de estabelecimentos da área médica. O bairro Colatina Velha, a leste do Centro, possui como principal característica a chamada Avenida Nova, um espaço livre de uso público de grande extensão. Neste espaço está contida uma área verde, onde os eventos são realizados. Ao norte do rio Doce, estão principalmente os bairros São Silvano, Honório Fraga e Maria das Graças. A maior parte da população reside nesta margem do rio. E o acesso é feito pela ponte Florentino Avidos, conhecida também como 1ª Ponte. Além desta, a chamada 2ª Ponte faz a ligação entre as margens do rio Doce, estando a jusante da ponte mais antiga. (ALBANI, 2012)

Figura 2: Localização do município de Colatina/ES.



Fonte: <http://www.colatina.es.gov.br/acidade/?pagina=geografia>, acessado 24/07/2019.

Figura 3: Zona Urbana – Divisão Regional.



Fonte: <http://www.colatina.es.gov.br/acidade/index.php?pagina=mapas&mapa=urbano1>. Acesso 25/03/2019.

Figura 4: Zona Rural – Divisão Regional.

COLATINA - ZONA RURAL - DIVISÃO REGIONAL



Fonte: <http://www.colatina.es.gov.br/acidade/?pagina=mapas&mapa=rural1>. Acesso: 25/03/2019.

Outro fator demográfico importante de analisar é a taxa de urbanização. O aumento significativo de pessoas que moram na zona urbana é um fenômeno demográfico que vem acontecendo no Brasil. Colatina também passa por um aumento na sua taxa de urbanização, evoluindo de 81,55% de sua população na zona urbana em 1991, para 88,02% em 2010, conforme tabela 1.

Tabela 1: População urbana e rural e taxa de urbanização de Colatina nos anos de 1991, 2000 e 2010.

	1991		2000		2010	
	População	% do total	População	% do total	População	% do total
População Urbana	73.474	81,55	88.653	85,71	98.395	88,02
População Rural	16.620	18,45	14.784	14,29	13.393	11,98
Taxa de Urbanização		81,55	-	85,71	-	88,02

Fonte: IBGE.

2.2. Demografia e Saúde

2.2.1. População

Entre 2000 e 2010, a população de Colatina cresceu a uma taxa média anual de 0,78%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período, de 2010 a 2022 a taxa foi de 0,63% para o município e 0,52% para o Brasil (IBGE, 2022).

A população do município em 2015 era de era estimada em 122.646 segundo o IBGE e em 2020 seria de 123.400 habitantes. No entanto, de acordo com os primeiros dados do censo IBGE 2022, a população da cidade de Colatina chegou a 119.992 pessoas, o que é considerado um crescimento em relação ao censo de 2010 que contabilizou 111.572 habitantes, ou seja, um aumento de 8.420 habitantes.

2.2.2. Estrutura Etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência que é o percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa), no município

passou de 49,02% para 39,83% e a taxa de envelhecimento que é a razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total passou de 6,37% para 8,05%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 59,08% e 4,98%. Já na Unidade Federativa, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente (tabela 2).

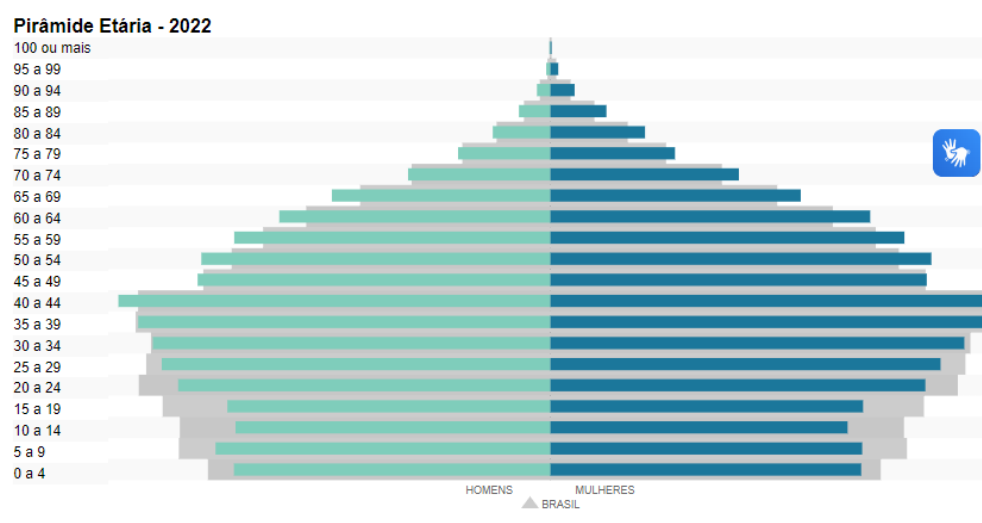
Tabela 2: Estrutura etária da população – município de Colatina/ES.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	28.969	32,15	27.440	26,53	22.846	20,44
15 a 64 anos	56.634	62,86	69.410	67,10	79.946	71,52
População de 65 anos ou mais	4.491	4,98	6.587	6,37	8.996	8,05
Razão de dependência	59,08	-	49,02	-	39,83	-
Taxa de envelhecimento	4,98	-	6,37	-	8,05	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Segundo o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia, referente ao ano de 2022, Colatina têm a maior parte de sua população com idades que variam entre 35 e 44 anos, isso independente do sexo, ou seja, uma população ativa (gráfico 1).

Gráfico 1: Pirâmide Etária – 2022, população de Colatina.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022.

2.2.3. Análise de Situação de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (ASSTT)

De acordo com as informações da ASSTT realizada pelo CEREST Central em 2023, mais de 60% da população de Colatina é economicamente ativa e ocupada, destes, cerca de 12% dos trabalhadores do município tem como fonte de renda trabalho associado à agricultura, pecuária, produção florestal e pesca, sendo este setor o que concentra a maior parcela de homens, em comparação com outros (dados do censo IBGE 2010).

A partir da chegada da lama a pesca foi diretamente atingida, porém a agricultura e pecuária também foram prejudicadas devido a contaminação da água e do solo, conforme já observado em alguns estudos realizados na calha do rio Doce.

Cabe destacar que quando analisamos o nível de instrução da população trabalhadora do município, uma grande parcela apresenta ensino fundamental incompleto ou ainda nenhuma instrução (39,44%), tal fato deve ser levado em consideração quando pensamos em medidas intervencionistas para esses trabalhadores, para que as informações e orientações possam alcançá-los. Além disso, deve-se pensar em como instruir esse trabalhador para que o mesmo possa desenvolver sua independência nos mais diversos aspectos da vida pessoal e profissional.

Para avaliarmos a situação de saúde dos trabalhadores se faz necessário observar o número de notificações de Doenças Relacionadas ao Trabalho (DART's) no sistema de notificação e-SUS-VS e no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). No entanto, sabe-se que esses agravos são historicamente invisibilizados, seja por falta de procura pelos serviços de saúde, por preenchimento desqualificado das fichas de notificação ou por falta de informações para estabelecimento denexo causal.

Desta forma, é um desafio quantificar com precisão o quanto os serviços de saúde são impactados por Doenças e Agravos Relacionados ao Trabalho.

3. DETERMINANTES E CONDICIONANTES DE SAÚDE

No contexto saúde, para a Organização Mundial de Saúde, a OMS exemplifica que: “Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”. Na Lei Nº 8.080, de 19 Setembro de 1990 no Art. 3º diz que: “A

saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.” Dessa forma, é necessário analisar os indicadores dos determinantes e condicionantes de saúde de um local a fim de propor intervenções direcionadas aos aspectos que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população.

Quando se avalia as informações relacionadas aos óbitos por causas capítulos, o maior número de óbitos registrados em Colatina foram referentes as neoplasias, totalizando 1.516 óbitos do ano de 2015 a 2024, seguido por 845 óbitos relacionados a doenças do aparelho digestivo, 489 doenças endócrinas nutricionais e metabólicas, 439 doenças do sistema nervoso e 387 relacionado a doenças do aparelho digestivo (tabela 3).

Tabela 3: Óbito por Causas Capítulos segundo Ano do Óbito – Município Residência Colatina.

Ano do Óbito	Neoplasias (tumores)	Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	Transtornos mentais e comportamentais	Doenças do sistema nervoso	Doenças do aparelho respiratório	Doenças do aparelho digestivo	Doenças da pele e do tecido subcutâneo	Malformações congênitas e anomalias cromossômicas	Lesões enven e alg out conseq causas externas	Causas externas (acidentes, homicídios e suicídios)	Total
TOTAL	1.516	489	73	439	845	387	36	57	1	875	4.718
2015	151	44	7	26	95	33	1	4	0	103	464
2016	150	32	8	41	82	40	2	9	0	89	453
2017	133	52	1	42	88	45	4	8	0	93	466
2018	157	54	6	43	90	42	4	6	1	79	482
2019	161	49	11	45	107	43	3	4	0	81	504
2020	182	47	11	45	96	36	5	5	0	56	483
2021	164	73	9	49	56	42	7	6	0	77	483
2022	154	51	2	52	92	47	6	6	0	114	524
2023	196	63	13	76	96	43	4	6	0	127	624
2024	68	24	5	20	43	16	0	3	0	56	235

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM).

Estes dados vão de encontro aos estudos já realizados, em determinados locais, isso quanto as agravos que mais acometem a população e que estão relacionados à exposição aos metais pesados.

3.1. Aspectos Sanitários e Ambientais

No estado do Espírito Santo, 83,8% dos domicílios são atendidos pelo abastecimento de água (tabela 4). Em Colatina, segundo dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento Básico (SNIS), em 2012 eram atendidos 108.573 habitantes pela rede municipal de abastecimento de água potável. Tendo conhecimento dos

percentuais da população colatinense residente na zona urbana e na zona rural podemos afirmar que o SANEAR, autarquia municipal responsável pelo fornecimento de água, fornece água potável para a quase totalidade dos domicílios na cidade, e na sede dos Distritos e localidades com maior concentração de população na zona rural.

Tabela 4: Volume de água tratada por tipo de tratamento em Colatina, 2015.

Tipo de Tratamento	Volume de Água Tratada
ETA (Estação de Tratamento de Água)	24.180 m ³ /dia
Simplex desinfecção	24.180 m ³ /dia

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2015.

O controle da qualidade da água distribuída é feito pelo próprio SANEAR, mas também é realizado um controle pela Secretaria Municipal de Saúde através do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – VIGIÁGUA. O SANEAR desenvolve o Programa de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental de Colatina – SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE COLATINA, que visa promover a melhoria das condições ambientais urbanas da população, bem como o fortalecimento institucional do Município e do SANEAR, por meio da implementação do projeto de saneamento ambiental e da gestão municipal solidificada.

A partir da finalização da implantação do Programa, será proporcionado à Colatina o afastamento e tratamento de 100% do esgoto coletado na sede municipal. Todo este coletado será destinado à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), onde passará por um processo de tratamento antes de ser lançado no rio Doce.

O SANEAR também é a instituição responsável pela coleta e destinação final dos resíduos sólidos em Colatina. O sistema de coleta de resíduos sólidos municipal consegue abranger a quase totalidade dos domicílios da cidade.

Os dados disponíveis no Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB informados na tabela 5 demonstram um percentual grande de domicílios cadastrados no PACS/PSF que tem sistema de coleta pública de resíduos sólidos.

Tabela 5: Número de domicílios por tipo de destinação dos resíduos sólidos em Colatina, 2014 e 2015.

DESTINAÇÃO	2014	2015
Coleta Pública	572.227	2.674.738
Queimado/enterrado	114.826	586.742
Céu aberto	15.509	70.183

Fonte: SIAB.

O principal risco ambiental sentido historicamente pelo município de Colatina está associado à precipitação pluviométrica. O regime sazonal de chuvas, que tem sua concentração nos meses de dezembro e janeiro, coloca o município de Colatina numa desconfortável situação de risco. Os principais fenômenos associados à precipitação pluviométrica que acontecem no município são os seguintes:

- **Cheia/Inundação do rio Doce:** Este fenômeno está associado a grandes e constantes precipitações na bacia do rio Doce que provocam um volume de água superior à capacidade da sua calha em sua passagem pela zona urbana do município. Este fenômeno é comum, podendo variar de intensidade a cada ano, podendo ser causa de riscos à saúde da população. Em dezembro de 2013 (foto 2) houve a última grande cheia no rio Doce, alagando diversos bairros da cidade. Conforme o Plano Integrado de Recursos Hídricos e o Enquadramento da Bacia do Rio Doce, emitido em outubro do ano de 2023, com a avaliação de todo curso do rio Doce, identificou-se uma alteração na classificação do enquadramento da água do rio isso considerando o período, chuvoso ou seco, o que gera impacto direto nas formas de tratamento da água. O período chuvoso e elevação do nível do rio Doce, proporciona inundação de áreas ribeirinhas, o que aumenta significativamente o risco e exposição da população com a água contaminada com metais pesados.

Foto 2: Registro da enchente de 2013, Colatina-ES.



Fonte: Internet.

- **Desmoronamento de Encostas:** Face ao relevo acidentado e à ocupação urbana feita de forma desordenada na cidade, longos períodos de precipitação colocam em risco um volume significativo da população colatinense.
- **Enxurrada/Inundação dos afluentes do rio Doce dentro do município:** Volumes altos de precipitação, num pequeno intervalo de tempo, nos afluentes do rio Doce são fenômenos comuns e trazem riscos à população do seu entorno.

3.2. Desenvolvimento socioeconômico

Colatina é o município com a maior potencialidade econômica da região noroeste do estado do Espírito Santo. Situada no Vale do rio Doce, está a 135 km de Vitória; é cortada pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, pela Rodovia Federal BR 259, distante apenas 50 km da BR 101.

Itapina, distrito de Colatina, situada a oeste do município, nas margens do rio Doce, e a aproximadamente 25 km da sede municipal. Foi fundada em meados do século XIX por famílias de imigrantes após a inauguração da Estrada de Ferro Vitória-Minas, em 1904. Na vila antes do acontecimento com a barragem de Mariana havia uma prática cultural da pesca, com objetivos e usos diversos. Os moradores desenvolviam atividades produtivas baseadas principalmente em pequenas propriedades rurais, na extração de areia do rio Doce, na pesca de subsistência e na comercialização dessas pescas no município.

A Rodovia Estadual ES 080 liga Colatina aos demais municípios da região noroeste do estado. O município tem uma economia diversificada. Na agricultura tem uma grande variedade de culturas com destaque para o café, fruticultura, criação de gado leiteiro e de corte. A atividade agrícola está, em sua maioria, organizada na forma de agricultura familiar, o que coloca o município em destaque na geração de renda neste setor. Sua indústria está atualmente baseada no setor de confecções, porém possui destaque no setor metal-mecânico e no moveleiro. Tem passado por uma transformação, pois a instalação de polos industriais empresariais oportunizou a vinda de várias indústrias e outros empreendimentos que tem trazido impacto positivo na geração de empregos no município (tabela 6).

Tabela 6: PIB variável de Colatina, Espírito Santo e Brasil, nos anos de 2010 a 2014.

PIB	COLATINA	ESPÍRITO SANTO	BRASIL
Agropecuária	63.573	3.318.895	105.163.000
Indústria	721.497	12.772.653	539.315.998
Serviços	1.376.875	21.729.287	1.197.774.001

Fonte: IBGE.

O setor de serviço também tem destaque em especial: o setor bancário, o setor educacional, e o setor saúde são geradores de renda e emprego no município. O Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita) é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região. Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais

produzidos numa determinada região, durante um período determinado e a divisão desse valor pela população dessa mesma região.

4. ESTRUTURA DA SAÚDE MUNICIPAL

4.1. Vigilância Epidemiológica

A Vigilância Epidemiológica tem como objetivo alimentar os sistemas de informação e realizar análises que permitam o monitoramento do quadro epidemiológico do município e subsidiem a formulação, implementação e avaliação das ações de prevenção e controle de doenças e agravos, a definição de prioridades e a organização dos serviços e ações de saúde.

A Lei Orgânica da Saúde conceitua Vigilância Epidemiológica como um “conjunto de ações que proporciona o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos”.

Até o dezembro de 2019 o SINAN (Sistema de Notificação de Agravos) era o sistema oficial de notificações, mas conforme a orientação da Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo, Portaria Nº 001-R, de 02 de janeiro de 2020 o Sistema de Informação em Saúde e-SUS VS foi instituído como único sistema oficial para notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território do Espírito Santo.

Para seguir a determinação, todos os estabelecimentos de saúde (possíveis notificadores – hospitais públicos e privados; laboratórios; Unidades Básicas de Saúde e demais estabelecimentos de saúde) foram cadastrados para ter acesso ao sistema. O cadastro foi feito pela Vigilância Epidemiológica de Colatina seguindo as orientações das legislações pertinentes. Com essa migração para um novo sistema permitiu que houvesse uma descentralização do sistema de forma que as fontes notificadoras alimentar e visualizar o que notificam.

Sendo assim, os dados apresentados abaixo são provenientes do SINAN até o final do ano de 2019, a partir daí, são dados do Sistema de Informação em Saúde e-SUS VS.

Considerando os casos notificados no município de Colatina, baseado nas fontes de informação SINAN e e-SUS VS (tabela 7), identifica-se um crescente número de casos notificados principalmente relacionado aos acidentes por animais peçonhentos, evoluindo de 241 notificações em 2015 para 326 em 2017, assim como os casos de febre amarela, com seu pico no ano de 2017, evoluindo de 0 casos em 2015 para 43 casos.

Outros pontos de relevância estão relacionado aos casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências com aumento de 93 casos de 2015 para 2016, casos de febre maculosa, com 10 casos notificados em 2015 e 131 em 2023.

Tabela 7: Casos notificados – Agravos de Notificação Compulsória.

Agravos Compulsórios	ANO DE NOTIFICAÇÃO									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acidente por animais peçonhentos	241	184	326	308	186	114	211	198	207	71
HIV/AIDS	108	38	35	41	44	39	38	36	37	17
Atendimento Antirrábico	314	234	240	262	326	241	266	384	380	160
Botulismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Carbúnculo ou Antraz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cólera	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Coqueluche	6	3	0	5	1	0	0	2	1	2
Criança Exposta ao HIV	0	0	0	0	0	7	1	5	4	0
Dengue	692	1.383	195	337	1.826	2.186	267	877	6.904	7.876
Difteria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doenças de Chagas Aguda	0	0	1	0	1	2	1	6	3	2
Doença de Creutzfeldt-Jakob	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doenças Exantemáticas	0	0	0	0	6	0	3	1	0	2
Esquistossomose	0	0	0	0	0	6	10	5	9	1
Eventos Adversos Pós-vacina	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0
Febre Amarela	0	0	43	3	0	0	4	2	1	0
Febre do Nilo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Febre Maculosa	10	8	12	6	4	2	6	48	131	44
Febre Tifóide	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Gestantes HIV +	3	0	3	3	5	2	4	3	3	2
Hanseníase	17	17	7	2	3	2	13	17	31	14
Hantavírus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hepatites Virais	32	27	27	28	37	17	19	25	20	20
Intoxicações Exógenas	151	201	157	121	113	43	122	169	228	152
Leishmaniose Tegumentar Americana	0	0	0	1	0	0	1	5	1	1
Leishmaniose Visceral	0	0	1	7	3	1	3	20	20	1
Leptospirose	25	13	15	11	4	6	6	8	31	10
Malária	0	2	0	0	1	0	1	0	0	0
Meningite	6	10	18	9	5	5	6	28	37	12
Paralisia Flácida Aguda/Poliomielite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Raiva Humana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sífilis Adquirida	147	105	79	131	165	85	160	205	237	161
Sífilis Congênita	2	1	15	8	5	4	2	2	17	5
Sífilis em Gestante	21	26	15	29	19	9	43	41	71	49
Síndrome da Rubéola Congênita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Síndrome do Corrimento Uretral Masculino	7	13	12	6	24	7	4	7	2	2
Tétano Acidental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tétano Neonatal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tuberculose	43	41	50	42	45	34	50	63	51	14
Tularemia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Varíola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência doméstica, sexual e/ou outras violências	230	323	276	289	220	137	180	232	335	191

Observação: Os dados de 2024 são referentes ao 1º semestre.

Fonte: 2015 a 2019: Sinan_Net; 2020 a 2024: e-SUS VS.

4.1.1. Arboviroses

Dengue, zika e chikungunya são arboviroses transmitidas pela picada do vetor, o mosquito *Aedes aegypti*, e constituem um dos principais problemas de saúde pública no Brasil devido a sua altíssima morbidade e mortalidade, portanto as razões relacionadas para o aumento de casos, incluem as alterações climáticas, a urbanização desordenada, precariedade de saneamento básico, principalmente o abastecimento de água e a coleta de lixo.

A organização da rede de serviços de saúde é condição para o enfrentamento de uma epidemia de dengue. O estabelecimento de protocolos clínicos, sistema de referência e contra referência, com base na classificação de risco, torna possível o atendimento oportuno e de qualidade ao doente e é condição para evitar a ocorrência de óbitos.

Nos anos entre 2015 a 2024 houve um crescimento significativo das notificações de dengue em nosso município, no ano de 2015 para 2023 esse aumento correspondeu a 6.212 casos, mesmo com os casos subnotificados. No entanto, ao comparar os dados de 2021 e 2022, pode-se observar que os casos notificados diminuíram significativamente com relação ao ano de 2020 e os após. Um dos possíveis motivos dessa diminuição pode estar relacionado a pandemia da COVID-19, devido à mobilização nacional para o enfrentamento à já anunciada pandemia, as equipes de vigilância epidemiológica tiveram que concentrar os seus esforços na identificação dos casos de COVID-19, corroborando com a hipótese de subnotificações das arboviroses a partir desse período pandêmico.

Quanto a Zika, os quadros mais preocupantes, destaca-se os que ocorreram no Brasil, devido à epidemia de microcefalia associada ao ZIKV, cuja incidência aumentou 20 vezes entre 2014 a 2015. Em 2015, foi observado um padrão de ocorrência da microcefalia em recém-nascidos, associada à infecção pelo vírus da Zika em gestantes, aumentando as preocupações com seu caráter epidêmico. Neste contexto, o Brasil decretou emergência sanitária, em novembro daquele ano, seguida da declaração de Emergência Sanitária de Importância Internacional (ESPII), pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em fevereiro de 2016.

No município de Colatina houve um elevado número de notificações no ano de 2016, ano em que o ZIKV se intensificou no país, seguido por 2021 e 2022. Esse aumento também é evidenciado nas notificações de gestantes, tendo o seu número mais expressivo no ano de 2022 (tabela 8).

Tabela 8: Casos de Zika notificados nos anos de 2016 a 2022.

	ANO						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Nº NOTIFICAÇÕES DE ZIKA	32	20	8	4	6	20	15
Nº NOTIFICAÇÕES DE ZIKA EM GESTANTES	2	1	0	1	2	0	5

Fonte: SINAN e e-SUS/VS.

Em relação a chikungunya, observa-se um aumento das notificações entre o ano de 2019 para 2020, que corresponde a 214%, entre o ano de 2021 para 2022, esse número continua elevado, com um aumento de 47,8% (tabela 9).

Tabela 9: Casos de Chikungunya notificados nos anos de 2017 a 2022.

Nº NOTIFICAÇÕES	ANO					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	25	17	14	44	46	66

Fonte: SINAN e e-SUS/VS.

4.1.2. Febre amarela

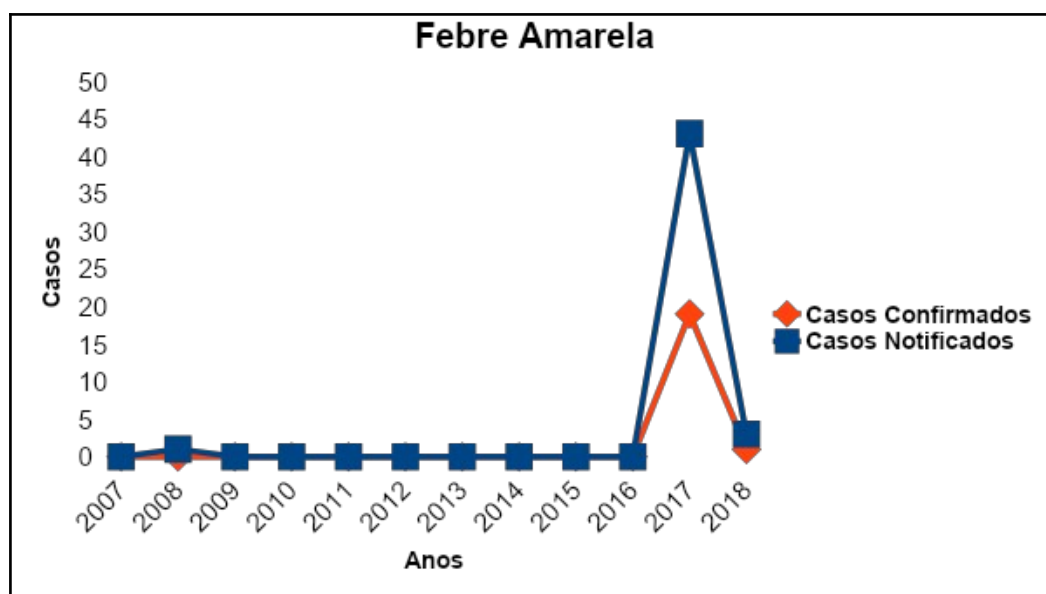
A Febre Amarela é uma doença causada pelo vírus amarelo, não contagiosa, potencialmente grave e endêmica principalmente em regiões de mata. É transmitida por um vetor (mosquito) e pode se apresentar em duas formas: Febre Amarela Silvestre, cujos vetores são os mosquitos *Aedes Aalbopictus* e *Aedes haemagoguse* e Febre

Amarela Urbana, que tem como vetor o mosquito *Aedes aegypti*, o mesmo que transmite a dengue, zika e febre chikungunya. No Brasil, esta forma da doença já não ocorre desde 1942.

Na última década, a febre amarela silvestre, tem se apresentado como um padrão epizootico-epidêmico, manifestando-se como uma doença reemergente em novas áreas do território brasileiro, fora da área considerada endêmica. Neste período foi observada uma expansão da circulação viral no país, demonstrando a presença do vírus amarílico em toda a região Sudeste.

Em Colatina, no período de 2007 a 2016 foi notificado apenas 01 (um) caso da doença, porém o mesmo foi descartado (gráfico 2).

Gráfico 2: Casos de febre amarela em Colatina/ES – 2007 a 2018.



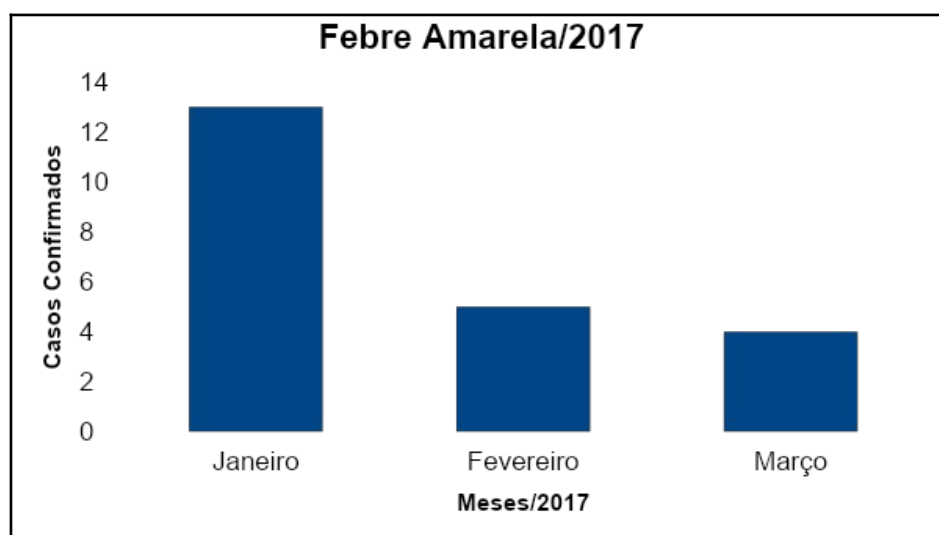
Fonte: Vigilância Epidemiológica/Coordenação Municipal de Imunização.

Porém, em janeiro de 2017, após a confirmação de casos da doença pela Secretária de Estado de Minas Gerais, e devido os relatos de ocorrência de casos suspeitos de febre amarela em humanos bem como a evidência de epizootia em primatas não humanos, o estado do Espírito Santo adotou como estratégia de prevenção a doença, a vacinação cautelar, conforme protocolo do Ministério da Saúde.

Em Colatina, um dos primeiros municípios do Estado a registrar casos de epizootia em primatas não humanos, foram recolhidos cerca de 30 animais mortos. O início da notificação dos casos, em humanos, ocorreu no dia 16 de janeiro de 2017. Ao todo, entre residentes e demais pacientes de outros municípios, foram notificados 46 casos suspeitos de febre amarela, sendo que destes 22 foram confirmados (gráfico 3).

Do total de casos confirmados, 04 evoluíram a óbito. Entre os óbitos confirmados, verificou-se que todos eram do sexo masculino, com idade entre 25 e 59 anos e trabalhavam na zona rural.

Gráfico 3: Casos ocorridos de febre amarela em 2017, Colatina/ES.



Fonte: Vigilância Epidemiológica/Coordenação Municipal de Imunização.

Após o surto ocorrido em 2017, o Espírito Santo passou a ser considerado Área Com Recomendação Temporária de Vacinação, sendo indicado dose única da vacina Febre Amarela, conforme Nota Informativa nº 94 de Ministério da Saúde, para crianças de 09 meses de idade até as pessoas com 59 anos de idade.

Em 2020 não foi registrada nenhuma notificação referente a febre amarela, de paciente residente de Colatina. Em 2021 foram registrados quatro notificações, todas classificadas como descartado para febre amarela, e em 2022 duas notificações, ambos vieram a óbito por outras causas, descartando a febre amarela.

4.1.3. VIGIÁGUA – Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano

As ações do programa VIGIAGUA são desenvolvidas segundo as diretrizes do Ministério da Saúde, através de monitoramento da qualidade da água consumida pela população, com consequente registro das informações no banco de dados do Sistema de Informações da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA). O sistema armazena os dados referentes às coletas e resultados de análises microbiológicas (pesquisa de coliformes fecais e totais) e físico-químicas (cloro, flúor e turbidez).

No ano de 2015, com o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, no município de Mariana/MG, o VIGIAGUA intensificou as coletas de água, sendo que as análises das amostras são feitas em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde.

O município de Colatina conta com 04 Estações de Tratamento de Água, que estão situadas nos bairros: Marista, Nossa Senhora Aparecida, Honório Fraga e Colúmbia, respectivamente: ETA I; ETA II; ETA III: (desativada); ETA IV.

Em setembro de 2018 a Fundação Renova por solicitação da Câmara Técnica de Saúde começou a desenvolver o Plano de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano (PMQACH). As diretrizes do Plano foram definidas pela Câmara Técnica de Saúde e deliberadas pelo Comitê Interfederativo (CIF).

O PMQACH baseou-se na legislação vigente de Potabilidade da Água para Consumo Humano (Portaria de Consolidação nº 5/2017, Anexo XX). Os pontos de coleta de água para o monitoramento foram selecionados pelas Secretarias de Municipais de Saúde do Estado do Espírito Santo e de Minas Gerais, com referência nos municípios impactados e baseado nos seguintes critérios: estações de tratamento de água atingidas, poços, nascentes, utilizados para consumo humano e que em decorrência de quaisquer alterações possam a vir acarretar agravos à saúde da população exposta.

Nesse sentido, o monitoramento visa identificar pontos críticos em sistemas de tratamento de água (SAA) e soluções alternativas, coletivas (SAC) e individuais (SAI), de abastecimento de água para consumo humano; identificar grupos populacionais expostos

a situações de risco; tomar decisões e planejar ações que garantam água para consumo humano com qualidade para a população impactada e possivelmente impactada.

Quanto aos parâmetros analisados, os microbiológicos constituem-se de organismos indicadores da introdução de matéria de origem fecal (humana ou animal) na água e, portanto, sinalizam o risco potencial da presença de organismos patogênicos. Constituem-se como parâmetros microbiológicos Coliformes Totais e *Escherichia Coli*, que são eliminados por meio da desinfecção da água ou por procedimentos de fervura.

Os parâmetros organolépticos apontam características da água que favorecem sua aceitação pela população que a consome. Alguns elementos presentes na água podem não ter efeitos diretos sobre a saúde, mas a deixa mais turva, com elevada cor, com gosto ou odor desagradável, o que pode ser considerado pelos consumidores como insegura e passa a ser rejeitada. São importantes para apontar características da água que favorecem sua aceitação pela população que a consome. Ressalta-se, entretanto, que alguns parâmetros que estão no padrão organoléptico podem representar risco à saúde a depender da concentração em que são identificados na água.

Comparando os dados dos gráficos apresentados com os limites estabelecidos pela Resolução Conama nº 430/2011 e a Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021, observa-se que a turbidez se encontrou no limite no período de setembro a dezembro de 2018, no entanto, os níveis de ferro, manganês e alumínio mostram-se acima do limite esperado. Os parâmetros no período de dezembro de 2018 a março de 2019, mostram novamente um aumento expressivo nos níveis de ferro, manganês e alumínio. Durante o período de setembro a dezembro de 2019, observa-se o aumento também na turbidez, quando comparado com os valores limites (valor limite: 5), chegando a 31,58% no SAC. Observa-se que esses resultados também seguem insatisfatórios durante o período de dezembro de 2019 a março de 2020; no período de setembro a dezembro de 2020; no período de dezembro de 2020 a março de 2021 e em todo o período de 2021.

Estes resultados demonstram que as concentrações de metais pesados (ferro e manganês) na água coletada para análise nos pontos localizados em Colatina/ES, permaneceram elevadas até os meses de junho de 2021 a setembro de 2021.

As condições das águas do Rio Doce pioraram cerca de dois anos após o desastre em Mariana-MG. Segundo a ONG, dos 18 pontos do rio monitorados, 16 tinham águas com qualidade insatisfatória. Além disso, foram observadas elevadas quantidades de metais pesados, como manganês, cobre, alumínio e ferro. Em todos os 18 pontos a água se encontrava inadequada para o consumo humano, pesca e outras práticas comuns, como irrigação e produção de alimentos (SOS MATA ATLÂNTICA, 2020).

Perante o PMQACH o município tem a função de acompanhar as coletas, considerando o cronograma proposto pelos laboratórios contratados pela Fundação Renova, inserir os dados obtidos por meio dos laudos no SISAGUA, entregar os laudos aos responsáveis pelos pontos de coleta e orientar a população, demanda esta que hoje fica sob a responsabilidade de profissionais da Vigilância Epidemiológica de Colatina.

4.2. Vigilância Ambiental

A Vigilância Ambiental tem por sua essência um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente e que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de riscos ambientais, relacionados às doenças ou outros agravos à saúde.

4.2.1. Controle de Vetores

Vetores são seres vivos que transportam organismos patogênicos de forma mecânica (vetores mecânicos) ou biológica (vetores biológicos), promovendo a disseminação desses agentes infecciosos e a infecção de novas pessoas ou animais. Os vetores biológicos, que veiculam e transmitem os agentes infecciosos desde o reservatório ou amplificador até o hospedeiro, são os vetores de relevância para a saúde pública.

O controle vetorial pode ou não depender da ocorrência de doença, haja vista também ter caráter preventivo em áreas de risco. Assim, a área de vigilância de zoonoses deve estar sistematicamente em interlocução com a vigilância epidemiológica para conhecimento quanto à ocorrência de casos humanos de doenças vetoriais em âmbito local e regional, permitindo, assim, maior clareza sobre a situação local da(s) doença(s)

transmitida(s) pela(s) espécie(s) vetor alvo. Esse levantamento busca orientar quanto à gravidade da situação e será referência na avaliação das ações de controle da doença, entre elas, o controle vetorial.

Para o controle vetorial deve ser preferencialmente planejado e executado pela esfera municipal e tem como objetivo principal reduzir o risco de transmissão das doenças, prevenindo a ocorrência de epidemias, com a consequente diminuição da morbimortalidade. Os tipos de controle podem ser químico, mecânico e biológico.

Atualmente a Vigilância Ambiental conta com 90 Agentes de Combate a Endemias (ACE) divididos entre atividades de campo desenvolvidas pela Vigilância Ambiental e ainda, processos internos de rotina da Vigilância Epidemiológica.

Além das inspeções, são realizados trabalhos de controle vetorial por meio dos bloqueios que utilizam os equipamentos de bomba costal ou carro termonebulizador.

4.2.2. Zoonoses em geral

A execução das ações, das atividades e das estratégias de vigilância, prevenção e controle de zoonoses de relevância para a saúde pública, além de raiva e leishmanioses, estende-se para outras doenças de transmissão vetorial. Assim, tais doenças subdividem-se em três grupos, sendo: zoonoses monitoradas por programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde (MS), zoonoses de relevância regional ou local e zoonoses emergentes ou reemergentes.

As zoonoses monitoradas por programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde são: peste, leptospirose, febre maculosa brasileira, hantavirose, doença de Chagas, febre amarela, febre de chikungunya e febre do Nilo Ocidental. Outras doenças de transmissão vetorial que acometem somente a espécie humana, como dengue e malária, também podem ser parte integrante das atribuições da área de vigilância de zoonoses.

4.2.3. Controle de Animais Sinantrópicos

Animais sinantrópicos são aqueles que se adaptaram a viver junto ao homem, a despeito da vontade deste. Diferem dos animais domésticos, os quais o homem cria e

cuida com as finalidades de companhia (cães, gatos, pássaros, entre outros), produção de alimentos ou transporte (galinha, boi, cavalo, porcos, entre outros).

A Vigilância Ambiental realiza atividades de controle desses animais que causam risco à saúde humana por meio de acidentes ou transmissão de zoonoses. Esses animais se adaptaram às transformações do ambiente promovidas pelo homem e, por isso, vivem nas cidades, sendo conhecidos como animais sinantrópicos. É a situação de abelhas, vespas, aranhas, carrapatos, pulgas, escorpiões, lacraias, mosquitos, pombos, ratos, taturanas, caramujos, dentre outros.

São frequentes os problemas relacionados a esses animais. Muitos deles podem causar doenças ou agravos por contato direto (caramujo, pombos, ratos, taturanas) ou por meio de picadas (mosquitos, carrapatos, pulgas). Outros são peçonhentos, podendo causar sérios danos à saúde (aranhas, vespas, abelhas, escorpiões).

4.3. CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

A saúde dos trabalhadores e trabalhadoras está intimamente ligada ao modo de vida e de trabalho, ou seja, está relacionada ao modo de produção, consumo e exploração dos recursos naturais e seus impactos ambientais.

Desse modo, compreende-se o trabalho como um condicionante indissociável da produção, saúde, meio ambiente e qualidade de vida. O setor saúde, dentro dessa conjuntura, tem um papel central na construção de estratégias e de indicadores que permitam dar visibilidade social e política aos impactos decorrentes dos processos produtivos e dos modelos socioeconômicos desenvolvidos nos territórios.

Nesse sentido os municípios que compreendem a abrangência dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST's) – denominados municípios sentinelas – devem disponibilizar ativamente, no cenário da saúde do trabalhador, profissionais de saúde e sistemas de informação de dados epidemiológicos, como as Referências Técnicas Municipais em Saúde do Trabalhador (RTM), o Sistema Nacional de Notificação (SINAN), o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), entre outros, como forma de avaliação, monitoramento e diagnóstico da situação de saúde, adoecimento e morbimortalidade de trabalhadores e trabalhadoras nos seus territórios.

Nesse contexto, os CEREST's têm como principal papel ser suporte técnico e científico para tais serviços, de forma regional, não devendo desenvolver atividades exclusivas do município onde está implantado, mas sim ser referência para atuar como suporte técnico, de educação permanente, de coordenação de projetos de promoção, proteção e vigilância, de organizador da referência e contra-referências para a rede de assistência à saúde dos trabalhadores, no âmbito da sua área de abrangência, de apoio matricial para o desenvolvimento das ações de saúde do trabalhador na atenção primária em saúde, nos serviços especializados e de urgência e emergência, bem como na promoção e vigilância nos diversos pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde.

O CEREST Colatina tem sob sua responsabilidade 18 (dezoito) municípios entre eles Linhares, Baixo Guandu, Marilândia e Aracruz, municípios estes atingidos pela lama de rejeito.

No ano de 2015, logo após a ocorrência do desastre, a CGST/MS recomendou ao CEREST Colatina que adotasse a Vigilância da Situação de Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras (VISATT) nos municípios atingidos, tendo reforçado a recomendação no ano de 2018, porém o município de Colatina ainda não conta com a estrutura organizacional de VISATT, conta apenas com uma referência técnica que passou a atuar na demanda no final do ano de 2023.

Devido a dimensão do desastre ambiental e dos desdobramentos do episódio, incluindo perdas econômicas, desgastes e implicações jurídicas para os municípios, acrescidas a estrutura insuficiente dos recursos humanos no CEREST Região Central-ES e ainda do escopo do setor, desenvolver ações em saúde que atendessem com a intensidade necessária o trabalhador prejudicado após o rompimento da barragem não foi realizado, diretamente no município pelo CEREST, porém baseados nos estudos e realidade das comunidades entende-se que são necessárias ações para recuperação de danos causados a saúde mental e física da população do município de Colatina e ainda, dos demais atingidos pelo rompimento da barragem.

4.4. Vigilância Sanitária

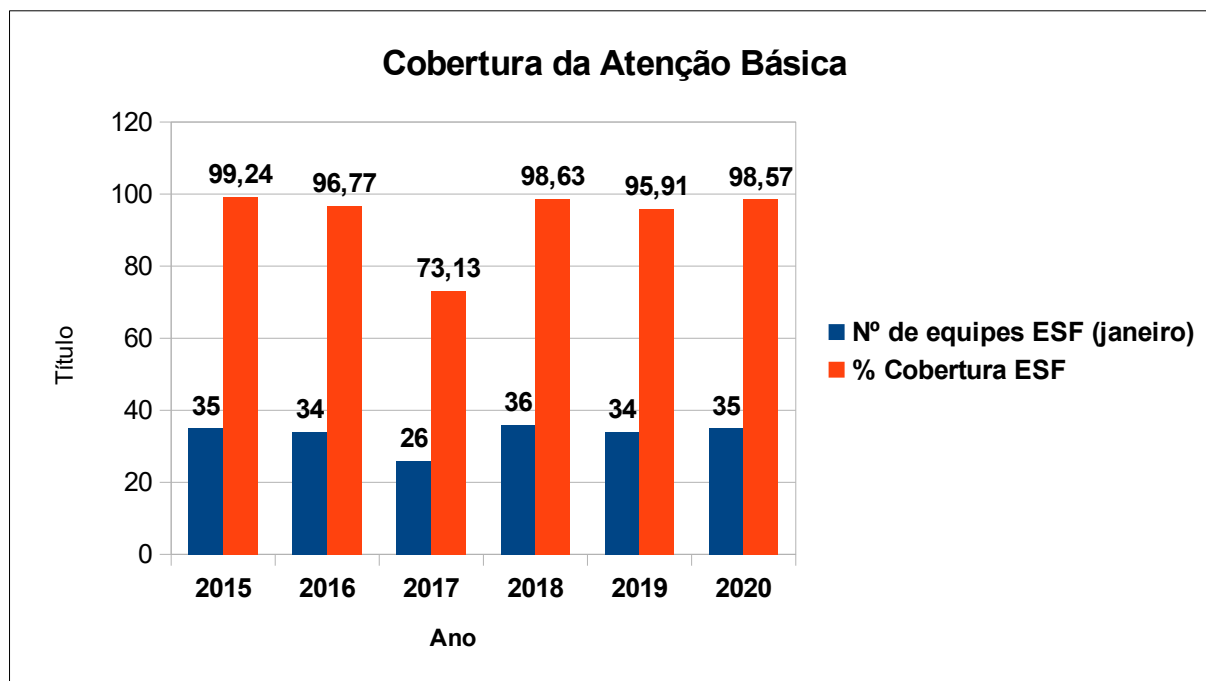
A Vigilância Sanitária Municipal de Colatina tem um importante papel na eliminação e redução de riscos à saúde da população do município. Cabe a Vigilância Sanitária fiscalizar a origem de diversos alimentos comercializados, entre eles o pescado, que não pode mais ser obtido do rio Doce e de água mineral oferecida por distribuidoras, sendo esse, um tipo de comércio que após o rompimento da barragem obteve crescimento no município. A inspeção da oferta de água para consumo em estabelecimentos de saúde exigindo filtros com período de troca adequado e a limpeza de caixas d'água também é realizada pela Vigilância Sanitária.

4.5. Atenção Primária

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é tida como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da Atenção Básica, pois permite uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar seus princípios, diretrizes e fundamentos, além de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividade. Este potencial se relaciona com as características que convergem para ruptura com modelos assistenciais tradicionais, buscando fortalecimento dos princípios do SUS na construção de modelos de atenção mais resolutivos e humanizados.

A Atenção Primária em Colatina foi implantada na área da Atenção Básica no ano de 1998 com o propósito de auxiliar nesta reestruturação da atenção à saúde por meio de ações individuais e coletivas de promoção e proteção da saúde que objetivam prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação da população de uma área adstrita. A reorientação do modelo assistencial mediada pela ESF implica coordenação com níveis de atenção secundários e terciários, além da expansão e fortalecimento da oferta de atenção básica. Cabe então aos membros da ESF viabilizar atenção integral e contínua para as famílias acompanhadas, respeitando as peculiaridades de cada fase do ciclo de vida e do contexto social.

Gráfico 4: Cobertura da Atenção Básica – Município de Colatina.



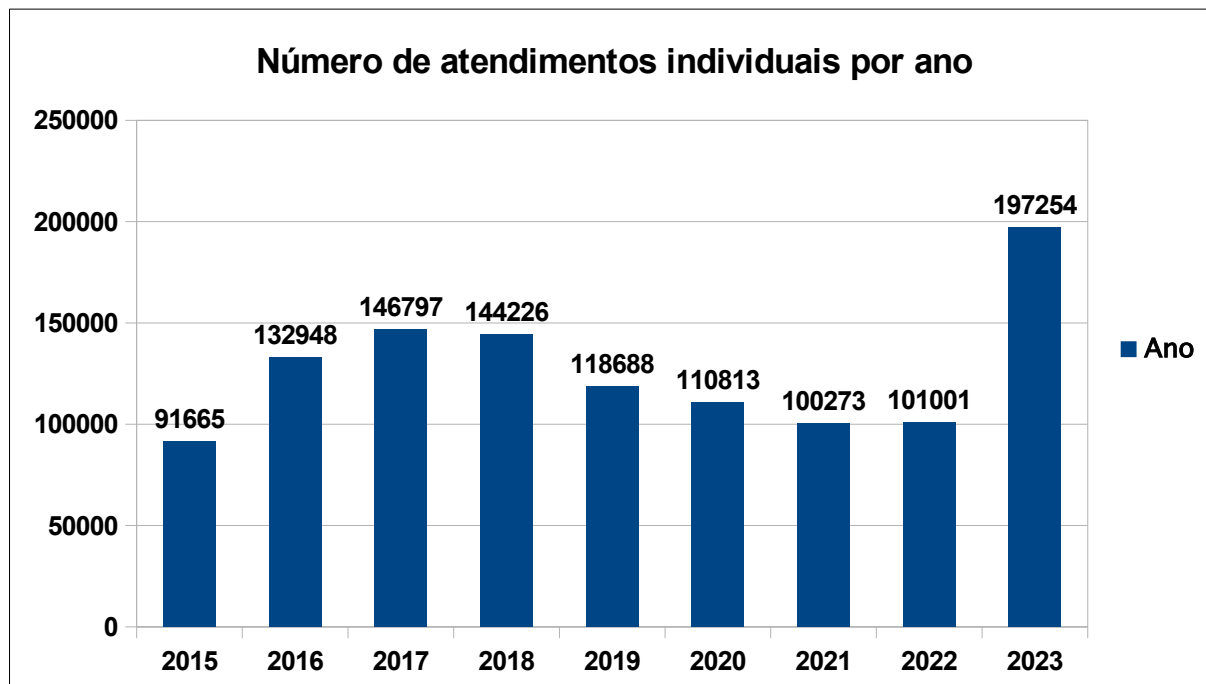
Fonte: e-Gestor Atenção Básica.

Em 2015 Colatina possuía 35 equipes de Estratégia em Saúde da Família, este número teve diminuição em 2017, porém oscilou nos demais anos, entre 34 e 36 equipes (gráfico 4). Já em 2024, o município passou a ter 50 equipes, composta por: Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Médicos e também, em algumas, equipe de Saúde Bucal. Estes profissionais estão divididos em 42 estabelecimentos de saúde (Unidades Básicas de Saúde e Ponto de Apoio), e atendem a toda população colatinense. A necessidade de ampliação do quantitativo de equipes veio da observação de grande fluxo de atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde e na obrigação da garantia de atendimentos adequados e em tempo hábil. Locais que até então eram atendimentos por equipes que se dividiam, hoje possuem equipe própria e se dedicam exclusivamente ao seu território, já outras foram ampliadas devido ao grande fluxo de atendimentos.

A ESF viabiliza o acolhimento da população, consulta médica e de enfermagem na UBS, atendimento domiciliar, além de atividades coletivas externas e na UBS relacionadas à promoção da saúde. Os dados são registrados no Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC). Nas agendas diárias estão incluídas as consultas agendadas, consultas agendadas programadas/cuidado continuado, atendimentos de urgências e consultas do

dia. Nas atividades coletivas estão incluídos atendimento em grupo, avaliação/procedimento coletivo, educação em saúde e mobilização social.

Gráfico 5: Número de atendimentos individuais por ano no município de Colatina.



Fonte: e-SUS APS.

O gráfico 5 demonstra o aumento do número de atendimentos individuais do ano de 2015 para os anos de 2016, 2017 e 2018. Com a ampliação do número de equipes, o aumento do quantitativo de atendimentos foi perceptível, passando de 91.665 em 2015 para 197.254 em 2023, aumento este de 105.589 atendimentos individuais por ano.

Os projetos de fortalecimento a promoção em saúde precisam ser ampliados e dar acesso ao cuidado e informação a diversos grupos populacionais garantindo os atendimentos humanizados e assistência integral, em toda fase existencial, como: planejamento familiar, pré-natal, puerpério, saúde da criança e puericultura, saúde da mulher, saúde do idoso, hiperdia.

Além das atividades listadas, existe o Programa Nacional de Controle ao Tabagismo articula a Rede de tratamento do tabagismo toda pelo SUS, Unidade Básica de Saúde com atendimento em horário estendido, Acesso Avançado, além dos programas de “Academia da Saúde” e de Saúde na Escola.

Alguns especialistas como psicólogos e nutricionistas estão regionalizados e atendem a uma determinada população, proporcionando assim uma cobertura mais igualitária e a condição de oferta dos serviços a todo território.

Os atendimentos são prestados a população residente, porém são atendidos nos serviços de saúde uma população flutuante que frequenta as instituições de ensino dos municípios, além da população que vem em busca de atendimentos nos hospitais localizados neste território, dentre outras situações.

4.6 Saúde Mental

No Brasil, com o processo de redemocratização e da Reforma Sanitária, a Reforma Psiquiátrica se fez presente através do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental. O processo de Reforma Psiquiátrica Brasileira vem se intensificando a partir dos anos 70, tendo como meta garantir cuidado e serviço comunitário para qualquer cidadão. Na década de 90, vários serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos foram criados (Tenório,2002).

Os CAPS e NAPS vieram a ser regulamentados em plano nacional pelo Ministério da Saúde, através das Portarias nº 1891, de 1991, e 2242, de 1992. Foi aprovada a Portaria nº 336, em 19 de fevereiro de 2002, que estabeleceu a divisão dos CAPS em CAPS I, II e III, CAPS AD (destinado a usuários de álcool e outras drogas) e CAPSi (destinado ao atendimento de crianças e adolescentes), de acordo com a quantidade populacional onde estão inseridos e instituindo certa sistematização dos serviços (TENÓRIO,2002).

O município de Colatina implantou em abril de 2002 o CAPS II Transtorno Mental, para atender usuários que apresentavam problemas relacionados a saúde mental, e em janeiro de 2011 inaugurou o CAPS II Álcool e Drogas (AD), em virtude da grande demanda judicial e também ambulatorial, de pacientes em uso abusivo de substâncias psicoativas.

Em relação ao CAPS AD, estão sendo acompanhados atualmente 794 pacientes. O setor oferta atendimentos com equipe multiprofissional e trabalhos de prevenção na

comunidade, sempre visando a redução de danos. A tabela 10 mostra o número de atendimento médico e atendimentos farmacêuticos realizados no CAPS Álcool e Drogas.

Tabela 10: Número de atendimento médico e atendimento farmacêutico – CAPS Álcool e Drogas.

CAPS AD – SEMUS – Colatina/ES	05/11/2014 à 04/11/2015	05/11/2015 à 04/11/2016	05/11/2016 à 04/11/2017	05/11/2017 à 04/11/2018	05/11/2018 à 25/06/2019
Atendimento Médico	1.163	1.063	1.070	1.412	1.017
Atendimento Farmacêutico	539	942	1.333	1.280	1.102

Fonte: CAPS AD Colatina.

Até março do ano de 2024, o CAPS II Transtorno Mental atendeu cerca de 430 pacientes com transtornos mentais graves e severos, oferece atendimento com equipe multiprofissional, assim como preconiza a Portaria nº 336/2002. Na atenção diária, aproximadamente 46 pacientes estão inseridos com 06 oficinas terapêuticas.

A tabela 11 demonstra o número de atendimento médico e atendimentos farmacêuticos realizados no CAPS II Transtorno Mental.

Tabela 11: Número de atendimento médico e atendimento farmacêutico – CAPS II Transtorno Mental.

CAPS II – SEMUS – Colatina/ES	05/11/2014 à 04/11/2015	05/11/2015 à 04/11/2016	05/11/2016 à 04/11/2017	05/11/2017 à 04/11/2018	02/01/2019 à 30/12/2019	02/01/2020 à 30/12/2020	02/01/2021 à 30/12/2021	02/01/2022 à 30/12/2022	02/01/2023 à 30/12/2023
At. Médico	779	689	786	773	818	490	559	610	428
At. Farmacêutico	2.216	2.571	2.428	2.981	3.443	2.890	3.083	2.938	2.799

Fonte: CAPS AD. Colatina.

O município de Colatina também oferta serviços limitados voltados para a saúde mental em regime ambulatorial através da Policlínica. Médicos psiquiatras, neurologistas e também psicólogos realizam atendimentos a todo o público, desde

crianças/adolescentes e adultos. Uma forma de fortalecimento às Unidades Básicas de Saúde e aos serviços especializados, auxiliando acerca do fluxo em saúde mental e matriciamento.

As equipes realizam visitas domiciliares periódicas e atendem as demandas de internações principalmente originárias de demandas judiciais.

De acordo com os dados do CAPS AD, observa-se um aumento na demanda de atendimentos farmacêuticos entre os anos de 2014 à 2018, variando de 539 atendimentos entre o período de 05 de novembro de 2014 à 04 de novembro de 2015 para 1.333 no período de 05 de novembro de 2016 à 04 de novembro de 2017.

A subnotificação de agravos de causas externas como acidentes e violências, englobando suicídios, tentativas de suicídio e violência interpessoal/autoprovoada é um obstáculo que dificulta a mensuração de como lidar com a insegurança hídrica, alimentar e no caso dos pescadores, mudanças no modo de vida e trabalho.

É uma situação que mesmo com os problemas de subnotificação pode ser percebido pelos profissionais de saúde das Unidades Básicas de Saúde e a pelas próprias comunidades que observaram que se tornou mais frequentes casos de depressão, ansiedade e abuso de álcool e outras drogas.

Apesar dos esforços, envolvimento e cooperação da gestão em qualificar e estruturar o serviço, o mesmo não consegue atender a toda população de forma plena devido a alta procura e ao deficit de servidores e estrutura para atender a demanda. É crescente a quantidade de pessoas que buscam por atendimento farmacêutico voltado à saúde mental e mesmo com todos os esforços os atendimentos psicológicos realizados não abarcam uma boa parte da população que necessita destes atendimentos e de outras ações como projetos voltados ao uso racional de medicamentos, oficinas terapêuticas, dentre outros.

4.7. Assistência Farmacêutica

Assistência Farmacêutica dentro do SUS tem uma clara definição das responsabilidades dos vários entes federativos que compõem o sistema. O Governo

Federal é o ente organizador do sistema, se responsabiliza por parte do financiamento, distribui medicamentos estratégicos (ex.: hanseníase e tuberculose,) e cuida do programa Farmácia Popular do Brasil/Aqui tem Farmácia Popular.

O Governo Estadual além de participar de parte do financiamento, é o ente responsável pela aquisição, armazenamento e dispensação dos medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

O município participa com parte do financiamento, organiza a distribuição dos medicamentos adquiridos pelo Governo Federal e tem sua principal responsabilidade que é a de comprar, armazenar, distribuir e dispensar os medicamentos do componente básico da Assistência Farmacêutica.

No ano de 2012 foi implantado o Sistema Nacional de Gestão de Assistência Farmacêutica – Hórus. Este sistema é uma importante ferramenta tecnológica utilizada para auxiliar os gestores de saúde na qualificação da assistência farmacêutica, bem como na transparência dos serviços prestados, tendo em vista as diretrizes traçadas pela Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

Atualmente o município possui uma Farmácia Básica Municipal localizada no centro da Cidade, por dia são realizados uma média de 1.000 atendimentos. Além da farmácia Central o município conta com pontos estratégicos de dispensação de medicamentos nas suas Unidades Básicas de Saúde. Os bairros que possuem unidades com atendimento farmacêutico são: Cezar Melotti, Bela Vista, São Silvano, Ayrton Senna, Carlos Germano Nauman, Maria das Graças, Santo Antônio, Colúmbia, Honório Fraga, São Miguel e Vicente Soella. Nestes locais os atendimentos são realizados em dias específicos.

Os distritos que se localizam no interior do município não são assistidos com a dispensação de medicamentos, sendo assim os moradores destes locais se deslocam até ao ponto mais próximo para retirarem seus medicamentos.

4.8. Laboratório Central

O município possui um Laboratório Central, de gestão municipal, que é responsável pelos exames de hanseníase, tuberculose, dengue, HIV, VDRL, toxoplasmose, hepatite A, hepatite B, hepatite C, hepatite D, leptospirose, análise de larvas de mosquito, malária, rubéola, sarampo, sífilis, leishmaniose, esquistossomose, febre amarela, chikungunya, além de envio de amostras para o LACEN Vitória.

A equipe é composta por guardas de endemias, técnicos de laboratório, auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais, coordenador e bioquímico.

Ainda, além de Colatina, realiza os exames de dengue para os municípios de Água Doce do Norte, Águia Branca, Alto Rio Novo, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Governador Lindenberg, Mantenópolis, Marilândia, Nova Venécia, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São Roque do Canaã, Vila Pavão, Vila Valério.

O desenvolvimento de ações de capacitação da equipe de profissionais e o incentivo em especialização, contribuem para que esses estejam mais preparados para responder às demandas recebidas e atender prontamente situações epidemiológicas, como surtos e epidemias, assim como fornecer as estruturas e os materiais necessários

5. REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA

A Atenção Especializada pode ser entendida como um conjunto de conhecimentos, práticas e serviços de saúde envolvendo a atuação de profissionais especializados que sucedem o atendimento da Atenção Básica quando indicado.

Baseia-se na dimensão biomédica da doença e com grande fragmentação do processo de cuidado se mostra ainda sem estrutura tecnológica, tanto de tecnologias leves quanto duras para desenvolver análises complexas dos impactos de problemas ambientais e emergências na saúde coletiva.

A rede hospitalar instalada no município de Colatina sofreu sobrecarga após o desastre e ainda hoje não consegue identificar e notificar situações de saúde relacionadas aos metais pesados nos pacientes, mas dermatites, diarreias e outras situações necessitam de um olhar mais apurado e com o auxílio de especialistas na detecção de problemas relacionados aos metais pesados ainda presentes na água.

Além desta situação, também foi visível e significativo o aumento com os gastos relacionados a exames laboratoriais e de imagem, onde o município passou de um gasto próximo do R\$ 0,00 (em 2022) para um investimento de R\$ 3.000.000,00/ano (em 2024) pensando em garantir um atendimento adequado e ainda, um diagnóstico em tempo hábil para proporcionar o tratamento correto ao paciente, isso relacionado a situações de exames básicos até os mais complexos que por vezes mantinham o paciente por anos em grandes filas de espera.

6. ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

O Pronto Socorro do Hospital Sívio Avidos (gestão Estadual) é a mais importante estrutura da rede de urgência para o município de Colatina, atendendo em clínica médica, pediátrica, ortopédica, cirúrgica dentre outras, dando suporte aos casos mais complexos em urgência e emergência da região do estado do Espírito Santo e ainda, em alguns momentos, pacientes do estado de Minas Gerais e até Bahia.

O Pronto Atendimento da Santa Casa de Misericórdia de Colatina (gestão municipal), teve significativos avanços recentemente, com aporte de recurso do município para estender o atendimento de urgência dos casos clínicos agudos de menor complexidade.

Além dos dois serviços relacionados aos atendimentos de urgência e emergência, as Unidades Básicas de Saúde prestam importante ação no atendimento das urgências de menor complexidade. A rede de atenção às urgências no município de Colatina, portanto, requer planejamento e investimentos de várias ordens (estruturas, equipamentos, capacitações) para que possa adequar às necessidades dos pacientes.

Os chamados relacionados as urgências e emergências são divididos entre os atendidos pelo Corpo de Bombeiros, SAMU 192 e ainda, o que não se enquadram no escopo de atendimento de tais serviços e são atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.1. SAMU 192

O decreto estadual nº 4548-R de 13 de dezembro de 2019 instituiu o programa “SAMU para todos” e a Resolução CIB nº 045/2020 homologou a resolução CIR CENTRAL nº 004/2020, aprovando a implantação do SAMU para o município de Colatina bem como para os demais 17 municípios da Região Central.

O Consórcio Público da Região Noroeste – CIM Noroeste é a entidade responsável pela operacionalização do SAMU na Região Central, bem como a contratação da empresa que faz gestão, operacionalização e execução dos serviços de atendimento Móvel de Urgência e Emergência – SAMU 192 de acordo com a licitação ocorrida em 30 de setembro de 2020. O município disponibilizou, para implantação e funcionamento dos serviços do SAMU, um imóvel devidamente identificado e estruturado com móveis e equipamentos, de forma a atender as exigências mínimas do Ministério da Saúde para a implantação e funcionamento de uma base descentralizada do SAMU, que está localizada no município, mas garante o atendimento de forma regionalizada.

A regulação dos serviços do SAMU, bem como o acionamento das viaturas é executada exclusivamente pela Central de Regulação do SAMU, sob competência da Secretaria Estadual de Saúde.

O município recebe, em seu Fundo Municipal de Saúde, as transferências Fundo a Fundo da contrapartida financeira da União, por meio do Ministério da Saúde, bem como da contrapartida financeira do Estado, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, sendo que tais valores são somados ao valor da contrapartida financeira municipal.

7. FINANCIAMENTO

A fixação de percentuais de participação de estados e municípios e a indexação da participação da União à variação do Produto Interno Bruto, se não são suficientes para a implantação completa do SUS, garantiram neste período um incremento de recursos que viabilizaram uma série de avanços no sistema neste período.

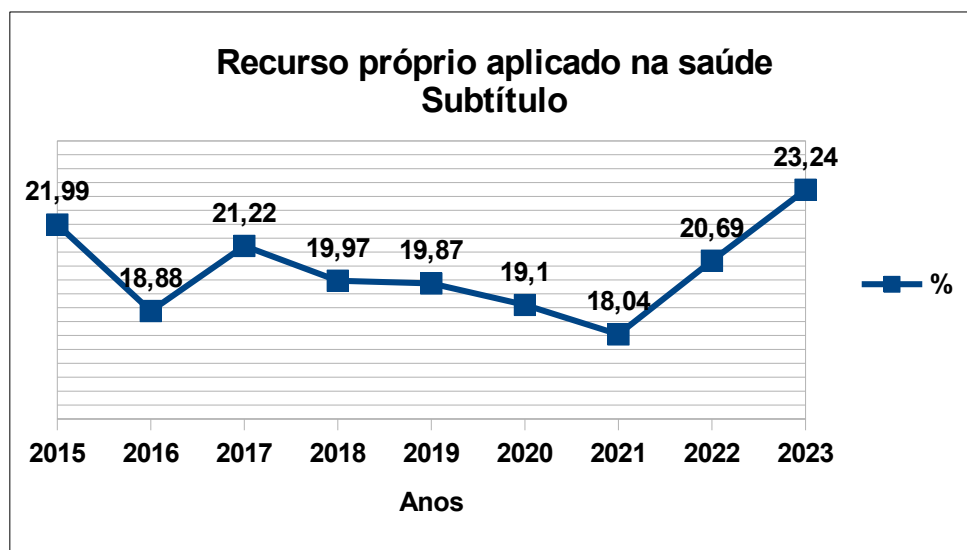
A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamentou o art. 198 da Constituição Federal, trata em seus artigos 6º (Estados e Distrito Federal) e 7º

(Municípios e Distrito Federal), das bases de cálculo e aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde, com ressalva para o artigo 5º (União), que foi alterado conforme Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015 em seu art. 2º.

No município de Colatina, no decorrer dos últimos anos, podemos afirmar que houve um aumento significativo no volume de recursos financeiros alocados na saúde do município. Importante lembrar que, por ser um município referência para vários serviços regionais – em especial de serviços hospitalares – em muitos momentos o aumento dos recursos é devido à implantação de novos serviços.

Conforme Lei Complementar nº 141/2012, os recursos próprios aplicados em ações e serviços de saúde aumentaram, em 2018 foi aplicado 19,97%, em 2019 19,87%, porém com uma queda nos anos subsequentes considerando o novo cenário da Pandemia de COVID-19, com investimentos a nível Federal e Estadual, levando a diminuição dos investimentos de recurso próprio, em 2022 foram investidos 20,69 % e em 2023 23,24% (gráfico 6).

Gráfico 6: Recursos próprios aplicados em ações e serviços de saúde.



Fonte: Tribunal de Contas do Espírito Santo.

É válido mencionar que o crescente investimento na saúde está relacionado ao aumento da necessidade da população, o que leva a gestão a proporcionar mais atendimentos e disponibilizar amplos meios para diagnóstico. Conforme mencionado anteriormente, os rejeitos são compostos químicos e que seu efeito diante da exposição à

saúde humana pode levar meses e até anos para serem identificados, fazendo necessário um acompanhamento específico e contínuo na saúde da população atingida. Sendo assim, é extremamente complexo o monitoramento dos efeitos desta exposição nos dias atuais, visto que não foram desenvolvidos protocolos específicos para monitoramento desta população o que poderá gerar um aumento maior ainda nestes gastos.

O Estado tem participado no financiamento do sistema de saúde, em especial no município de Colatina, através da prestação direta de serviços de média e alta complexidade (manutenção do Hospital Silvio Avidos, do Hemocentro, do Núcleo Regional de especialidades de Colatina, entre outros). O bloco de recursos de investimento tem variação, sempre sob a dependência do lançamento de Portarias que possibilitam a adesão principalmente aos programas de reforma/ampliação e construção de novas unidades de atenção básica.

8. PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO EM SAÚDE PÓS-ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA-MG, DO MUNICÍPIO DE COLATINA-ES

7.1. Participação Popular na Construção do Plano

A Constituição Federal de 1998, em seu artigo 198 define que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e;
- III – participação da comunidade.

Conforme descrito na Nota Técnica da Câmara Técnica de Saúde nº 04/2018 e a Nota Técnica nº 09/2018 a construção do Plano de Ação deve ser feita com a participação popular das comunidades direta e indiretamente atingidas pelo rompimento da barragem.

No município de Colatina como forma de efetivar a participação da população na construção do referido Plano e descrever os principais agravos à saúde, observados pela população atingida após o rompimento da Barragem de Fundão – MG, em 2019 foram realizadas reuniões nas comunidades com apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e da Superintendência Regional de Saúde de Colatina. A época não existia assessoria definida e o MAB procurou apoiar a gestão intermediando as agendas com as comunidades.

Para que o tema fosse abordado de forma significativa e com a efetiva participação dos atingidos (as), o MAB fez um primeiro contato com as comunidades. No momento o tema, Plano de Ação, foi abordado no sentido de explicar à população o que é o documento, qual seu objetivo e ainda, a importância da participação de todos, com os relatos das dificuldades e observações quanto aos agravos que acometem a população principalmente após o desastre.

Após este momento, foram agendadas reuniões com a participação do MAB, atingidos (as) das comunidades, Superintendência Regional de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde.

A primeira reunião ocorreu no dia 30 de outubro de 2019 na comunidade de Maria das Graças, no dia 31 de outubro de 2019 na comunidade de São Miguel, no dia 11 de novembro de 2019 na comunidade de Colúmbia, no dia 13 de novembro 2019 no bairro Vicente Soella, abordando as três comunidades, Vicente Soella I, II e III (Amarílio Caiado Fraga) e no dia 25 de novembro 2019 em Maria Ortiz (listas de presença – anexo I).

As reuniões foram conduzidas seguindo a programação de apresentação de todos os participantes, explanação quanto ao tema Plano de Ação e escuta quanto aos anseios das comunidades.

Como resultado destas reuniões foram observadas queixas relacionadas à falta de profissionais especializados como: pediatras, dermatologistas, ginecologista, pneumologista, cardiologista, assistente social, enfermeiros, psiquiatras, geriatras, psicólogos, oftalmologistas. Ainda, atendimentos farmacêuticos com a dispensação de medicamentos nas Unidades de Saúde e Agentes Comunitário de Saúde.

O Vicente Soella I e III tem aproximadamente 870 casas, sendo que cada casa, em muitas das vezes, tem mais de uma família. Na reunião foi mencionado que com o rompimento da barragem de Fundão/MG as famílias passaram a acumular em suas residências tonéis com água devido ao período crítico vivenciado, uma vez que o município de Colatina ficou desabastecido de água na passagem da lama. Esta cultura permanece entre os moradores do bairro e principalmente entre as pessoas com mais idade. Segundo relatos da Agente de Combate a Endemias esta situação agrava as questões relacionadas a proliferação do *Aedes aegypti*, aumentando os casos de dengue no município. Com o aumento das demandas, os agentes que atendem o território não são em número suficiente para trabalhar de forma adequada o tema junto aos moradores.

Em todas as reuniões o tema água foi amplamente mencionado, as pessoas relatam problemas com diarreia, vômito, febre, alergia na pele, principalmente na população mais vulnerável que são as crianças e os idosos e associam estes sintomas ao consumo da água proveniente da concessionária.

A desconfiança quanto ao consumo da água é um tema amplo, pois vai desde a geração de dificuldades financeiras, uma vez que as famílias, principalmente as de baixa renda, não tem recursos para comprar água mineral e ainda, transtornos entre os pais e mães que não confiam na água distribuída nas escolas, que utilizam apenas bebedouro como fonte de dessedentação. Além disso, a apreensão da população aumenta no período de chuvas, no qual a água do rio é revolvida e a cor alaranjada da lama reaparece, lembrando-os da chegada inicial da lama e levantando a possibilidade de uma maior concentração de metais pesados na água durante esses períodos.

Os agravos que acometem a população nem sempre são de diagnóstico preciso, os médicos e equipes da rede não sabem lidar com a possível correlação entre o rompimento da barragem com os acometimentos na saúde, relatados pela população.

O distrito de Maria Ortiz está situado a aproximadamente 17 km do município de Colatina. A comunidade é composta basicamente de pescadores. Após o desastre a pesca foi proibida pela justiça por 9 meses, desta forma cerca de 200 famílias dependem integralmente das indenizações disponibilizadas pela Samarco. No entanto, muitos pescadores relatam que tiveram dificuldades para conseguir o auxílio e que o mesmo não

era suficiente para subsidiar os gastos, visto que o valor era muito menor que o que retiravam da pesca.

O poder aquisitivo das famílias diminuiu e conseqüentemente a utilização dos serviços prestados pelo SUS passaram a ser mais procurados e muitas vezes não estão acessíveis à população, como por exemplo o acesso ao medicamento e a atendimento psicológico.

No bairro não existe uma área de lazer, nem são realizados trabalhos pontuais para apoiar estas pessoas que sofrem com falta do seu trabalho diário. De acordo com o documento “Diagnóstico do Turismo, Cultura, Esporte e Lazer” realizado pela Fundação Renova de 2017, uma das medidas de reparação propostas pela fundação é a construção de uma área de lazer em Maria Ortiz, porém isso não aconteceu até o momento.

“Deviam pesquisar um pouco mais e abrir a pesquisa pra população que foi atingida”. “Aqui [Maria Ortiz] é uma vila de pescador. O lazer que a gente tinha, aquela vontade da pessoa pescar, as crianças que brincavam e jogavam bola no rio, e mesmo os adultos que iam jogar bola, hoje não existe mais”

A., pescadora de Maria Ortiz ao Século Diário em 2020

O bairro conta apenas com um ponto de apoio, uma vez que a Unidade de Saúde de referência está localizada em Baunilha. O local tem atendimento de 15 em 15 dias e não atende as demandas atuais da população. É necessário a reestruturação do local para que os principais temas que acometem a população possam ser trabalhados, como atendimento de psicólogos, psiquiatras e demais especialidades.

Nesta mesma comunidade foi informado quanto ao aumento significativo de mosquitos causando transtornos na população, principalmente nas crianças alérgicas, situação esta que não era relatada anteriormente, indicando a necessidade de atendimento especializado e ações preventivas às arboviroses.

Já com a retomada da construção do Plano, no ano de 2024 a Associação de Desenvolvimento Agrícola Estadual – ADAI buscou pela gestão com a finalidade de contribuir de forma efetiva e ser o vínculo entre atingidos e Secretaria Municipal de Saúde.

No dia 12 de julho de 2024, com a presença de representantes desta secretaria assim como, de alguns atingidos, convidados pela própria ADAI o documento Plano Municipal de Gerenciamento de Ações de Recuperação em Saúde Pós-Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG, do município de Colatina-ES foi apresentado. Como encaminhamento, foi acordado que a Associação apresentaria o documento aos atingidos e que fariam a devolutiva no dia 29 de julho.

No dia 29 de julho, em uma reunião extensa, com a participação da ADAI e de alguns atingidos, foi apresentado o Parecer Técnico – Demandas de Saúde da População Atingida para o Plano de Ação em Saúde de Colatina. Todos os pontos foram lidos e discutidos. Grande parte das demandas relatadas já estavam incluídas no Plano e as que não, foram encaminhadas para serem discutidas com a gestão e por vezes, incluídas ou melhoradas nos fluxos de trabalho diário, principalmente das equipes de Atenção Primária, outras ainda, foi informado que não eram de responsabilidade municipal e não caberiam dentro do referido documento.

Além do já mencionado, seguindo o fluxo definido pela Câmara Técnica da Saúde o Plano foi apresentado, apreciado e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde em Reunião Extraordinária, que aconteceu no dia 31 de julho de 2024, conforme Resolução nº 7/2024, em anexo.

8.2. Avaliação de danos pós-desastre com identificação de necessidades

Devido à descontinuidade do levantamento e análise de dados, pontuar as perdas e problemas exatos causados pelo rompimento da Barragem de Mariana na saúde da população de Colatina é um desafio, mas isso não significa que os impactos negativos não podem ser facilmente vistos e sentidos pela população afetada.

Dessa forma, alguns prejuízos são perceptíveis ao conversar com aqueles que vivenciaram o desastre ambiental e convivem com seus prejuízos constantemente até hoje.

“Até hoje a gente compra água pra beber aqui em casa, pelo menos pra beber e cozinhar. Tomar banho e outras coisas a gente até usa a água da torneira mesmo, mas a gente nunca sabe né? Se não vai fazer nenhum mal pra gente.”

E.C., moradora de Colatina (2023). Acervo próprio.

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), o maior número de outorgas para a irrigação com captação no Rio Doce situa-se no Espírito Santo. No município de Colatina podemos destacar a criação de bovinos, afetada com a contaminação da água ficando imprópria também para consumo animal. O gado tende a não consumir águas com alta turbidez, impedindo maiores problemas ao pecuarista, porém causa um maior custo pois alternativas são processos de decantação e perfuração de poços para o abastecimento ao gado (ANA, 2020; Alves, T., 2020).

A população sente insegurança em relação ao consumo de peixes e da própria água proveniente do Rio Doce, atualmente a comunidade ainda sofre com o medo do acúmulo de metais pesados na água e no solo, o que leva muitos moradores a procurar fontes alternativas de água para consumo.

“Fazer mais o quê aqui? Desde que aconteceu essa tragédia, eu não como peixe do rio. Até a água eu compro para beber”

I. P., pescador de Maria Ortiz, Colatina, à A Gazeta em 2021.

Ainda, há um hábito que alguns moradores busquem água para consumo em poços artesianos, como ocorre por exemplo, na Comunidade terapêutica Fazenda Esperança de Colatina, que apresenta um poço artesiano, e muitas vezes pessoas pedem a água de lá para beber, já que não confiam na água tratada devido à possibilidade de metais pesados.

Há uma parte da população que possui condição financeira para comprar água mineral para beber e cozinhar, também por falta de confiança por parte da população na qualidade da água, mesmo após tratamento. No entanto, aqueles que não conseguem arcar com esse custo, consomem diariamente uma água com a qual não se sentem seguros.

No que tange o mercado pesqueiro no município, de acordo com o último censo, em 2010, em Colatina, haviam 80 trabalhadores que obtinham seu sustento da pesca, porém, de acordo com a Associação de Pescadores de Maria Ortiz, à época do desastre, cerca de 200 famílias dependiam integral ou parcialmente da pesca realizada no rio Doce,

sendo que na grande maioria dos casos, esses trabalhadores tiveram a pesca como sua única ocupação durante a vida. Após o desastre, estes tiveram seu trabalho impossibilitado e seu modo de vida alterado.

“A quaresma era o período que a gente mais vendia peixes e mais ganhava dinheiro. Dessa água não se tira mais nada. Desceu essa avalanche de lama e agora a gente vai ter que recomeçar do zero”

J. F. L., Presidente da Associação de Pescadores de Maria Ortiz em Colatina ao G1 em 2016.

“Eu deixei de estudar, ter uma carreira, para ser um pescador. Sou filho de pescador, neto de pescador. É uma humilhação o que estou passando, ganhar cesta básica e ficar na fila para receber um salário mínimo. Eu quero é voltar a pescar.”

D. P., pescador de Maria Ortiz, Colatina, ao G1 em 2016.

“Sendo de Maria Ortiz o pessoal já tem receio. A gente tá envergonhado. A gente está envergonhado, uai. Esse aqui é meu irmão, ele pegou três curimba (espécie de peixe) aí esses dias, falou pro cara (comprador): - “Eu tenho três curimba” e o cara falou: - “Rapaz, se fosse de outro lugar eu comprava, mas do Rio eu num quero não”. Num foi? Num compra, né.”

Relato de um pescador de Maria Ortiz, retirado da dissertação de Junior, A. L. (2018)

“Até hoje em dia eles (os pescadores) vão lá dentro d’água ainda, mesmo pra não pescar, mas para aliviar a cabeça. Porque é trauma, pro cara que é pescador, que vivia dentro d’água. Tem trauma, fica um trauma nele. Que quando ele vê as águas poluídas, ele... (pausa na fala e voz engasgada) Ele sente.”

Relato de um pescador de Maria Ortiz, retirado da dissertação de Junior, A.L. (2018)

Os prejuízos ambientais são incalculáveis, além da morte de um grande número de animais e plantas aquáticas durante a passagem da lama, as consequências a longo

prazo ainda não podem ser contabilizadas até o desequilíbrio ambiental causado contribui para a proliferação de pragas e vetores de diferentes doenças.

“Corimba a gente acha, mas é um peixe que não tem comércio. Ele come barro e as pessoas não tem confiança de comer ele. Mas alguns sumiram, pacumã sumiu, ele e cascudo eram o carro chefe do nosso pescado e sumiram, não tem 5% do que tinha antes”

Relata L. G. de A., ao MAB em 2018.

“Se você pescar 10 peixes hoje, daqui a 15 ou 20 dias, não pega mais nenhum. E esses peixes que têm, saem das lagoas, não são do Rio Doce. Eu digo isso porque eu pesco há 70 anos”

I. P., pescador de Maria Ortiz, Colatina, à A Gazeta em 2021.

Foi relatado também por pescadores do município o aparecimento de peixes com deformações nunca antes vistas. Além da diminuição na quantidade de tilápias, as que ainda aparecem estão cheias de machucados e deformações.

“Eu nunca vi aquele tipo de coisa. Meu esposo mora aqui há dezesseis anos e eu há seis. Nem nós nem minha sogra nunca vimos. Depois disso, a gente não entrou mais na água”

A., pescadora de Maria Ortiz ao Século Diário em 2020.

A soma desses fatores nos leva a perceber a necessidade de investimento e melhorias em diversas áreas do Sistema Único de Saúde, desde a Atenção Básica, englobando os serviços de média e alta complexidade, até a vigilância em saúde.

8.3. Proposição de Ações de recuperação pós rompimento da Barragem de Mariana-MG em Colatina – ES

Dadas as condições e informações apresentadas no documento, se fez necessária a elaboração deste Plano Municipal de Gerenciamento de Ações de Recuperação em Saúde Pós-Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG, do município de Colatina-ES. O documento teve muitos colaboradores ao longo de sua construção, sendo

todos muito importantes para compreender os danos causados à saúde da população, e para a proposição de soluções em saúde.

O plano tem como objetivo evidenciar as consequências do rompimento da barragem de Fundão (MG) em toda população de Colatina e, a partir daí, propor ações que possam, de alguma forma, mitigar os danos causados à saúde e ao bem-estar de seus moradores, isso considerando que não município não temos apenas um território afetado e sim toda sua extensão.

Ao longo dos anos podemos observar como diferentes setores da economia e seus trabalhadores foram e ainda são afetados pelo desastre, assim por meio da escuta e análise de dados, as necessidades foram guiando a construção do plano. A participação popular, imprescindível para a construção de um plano que, de fato, atenda as necessidades dos moradores do município, foi essencial para conseguir driblar as barreiras da dificuldade que é calcular os impactos dos prejuízos. As ações propostas neste documento visam contribuir para recuperação e promoção da saúde no território afetado com base nos princípios do SUS: universalidade, equidade, e integralidade.

Cabe ao poder público coordenar e garantir a execução dos projetos já pactuados, além de defender os interesses dos cidadãos para adquirir novos recursos, não apenas para melhoramento estrutural dos setores afetados, mas também para fornecer amparo à população atingida.

Estarão descritas no anexo II deste documento as ações sugeridas como necessárias ao acompanhamento em saúde, voltadas à população atingida direta e indiretamente no município de Colatina. Para realização dessas ações entende-se que o município precisa de suporte financeiro da Fundação Renova que, de forma reparativa, contribuirá para provimento de recursos humanos, estrutura física, material e de logística, voltados à saúde pública.

Nesse caso, o município mantém sua autonomia em relação à gestão, assistência e monitoramento da saúde da população. À Fundação Renova, bem como suas mantenedoras, cabe a cessão de infraestrutura necessária à execução dessas ações.

Além disso, as ações previstas abaixo deverão ser re-avaliadas periodicamente, para o acompanhamento dos indicadores relacionados às condições de saúde da população e as orientações e deliberações encaminhadas pela Câmara Técnica e Comitê Interfederativo.

Cabe ressaltar ainda que, essas medidas de reparação devem levar em consideração não apenas as consequências que podem ser observadas hoje, mas também todos os prejuízos já causados, prejuízos estes difíceis de mensurar, devido à morosidade do início da gestão do risco, assim como pela falta de dados, ocasionada pela irregularidade de monitoramento.

Diante disso, **18 ações de custeio** e **15 de investimentos** foram elaboradas, dentro da realidade do município, para recuperação dos danos e promoção à saúde, essas metas foram elencadas em **06 eixos**, são eles: a Atenção Primária à Saúde, Saúde Mental, Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica, Rede de Urgências e Emergências e Atenção Especializada.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GAZETA. Quatro anos após a lama, lojas que vendem só água crescem 138% em Colatina, 2019. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/norte/quatro-anos-apos-lama-lojas-que-vendem-so-agua-crescem-138-em-colatina-1119>>. Acesso em: 16/10/2023.

A GAZETA. 7 anos após o desastre de Mariana, moradores do ES ainda lidam com marcas da lama. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/norte/7-anos-apos-desastre-de-mariana-moradores-do-es-ainda-lidam-com-marcas-da-lama-1122>>. Acesso em: 02/10/2023.

AGÊNCIA BRASIL. Chegada da lama faz Colatina suspender captação da água do Rio Doce. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/chegada-da-lama-faz-colatina-suspender-captacao-de-agua-do-rio-doce>>. Acesso em: 02/10/2023.

ALVES, T. M., 2020. Qualidade da Água do Rio Doce em Colatina-ES após o rompimento da barragem de Fundão, Mariana-MG. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/630/TCC_Thiago_Alves.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 16/10/2023.

BRASIL, Decreto 79.367. Dispõe sobre normas e o padrão de potabilidade de água e dá outras providências, 09 de março de 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D79367.htm>. Acesso em: 16/10/2023.

BRASIL. Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/acesso-a-informacao/doencas-e-agravos-de-notificacao-de-2007-em-diante-sinan/>> Acesso em: 21/07/2023.

BRASIL. Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 21/06/2023.

COLATINA. Prefeitura Municipal de Colatina, 2023. Disponível em: <<http://www.colatina.es.gov.br/acidade/?pagina=mapas&mapa=rural1>>. Acesso em: 16/10/2023.

ESPÍRITO SANTO, Portaria SESA 115-R de 4 de agosto de 2022. Inclui a relação de doenças, agravos e eventos de interesse estadual à Lista Nacional de Doenças de Notificação Compulsória e dá outras providências. Vitória, 2022.

ESPÍRITO SANTO, Portaria SESA Nº 001-R, de 02 de Janeiro de 2020. Institui o Sistema de Informação em Saúde E-SUS VIGILÂNCIA EM SAÚDE (E-SUS/VS) como único Sistema Oficial para Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território do Espírito Santo. Vitória, 2020.

ESPÍRITO SANTO. SESA - PDR - Plano Diretor de Regionalização, 2011. Disponível em: <<https://saude.es.gov.br/GrupodeArquivos/pdr-plano-diretor-de-regionalizacao>>. Acesso em: 16/10/2023.

IBGE. Atlas de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2013. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/colatina.html>>. Acesso em: 16/10/2023.

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro:, 1959. v. 22, p. 59-66. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf>. Acesso em: 16/10/2023.

MINAS GERAIS. Desastre Rio Doce, 2017. Disponível em: <<https://www.saude.mg.gov.br/desastreriodoce>>. Acesso em: 16/10/2023.

RENOVA, 2018. Fundação Renova. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/>>. Acesso em: 16/10/2023.

SIDRA. Banco de Tabelas Estatísticas. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>>. Acesso em: 21/07/2023.

ORGANON, Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais. Impactos socioambientais no Espírito Santo da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco - Relatório preliminar. Novembro / dezembro. Mimeo. 2015

CONAMA. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução no 357, de 17 de março de 2005. Diário Oficial da União, n. 53, 2005. (adicionar a 430/11 e a 274/2000).

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

LACTEC - INSTITUTO DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO. Parecer técnico no 25 Avaliação da Água Bruta e da Água para o Consumo Humano. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/lactec_parecer-tecnico-n25_avaliacao-da-agua-bruta-e-da-agua-para-o-consumo-humano.pdf/at_download/file>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria da Consolidação no 05, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BORGES, Gleycivânia. Os impactos do rompimento da barragem de rejeitos de minério de mariana-mg na atividade pesqueira no norte e noroeste do Espírito Santo foram apresentados por reportagens da TV Gazeta. Disponível em: <<https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3602>>. Acesso em: 02/10/2023.

CRISTINA, Flavia. Pesquisa identifica doenças mentais em atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco em Mariana. G1 MG. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/pesquisa-identifica-doencas-mentais-em-atingidos-pelo-rompimento-da-barragem-da-samarco-em-mariana.ghtml>>. Acesso em: 02/10/2023.

FREITAS, Raquel. Tragédia de Mariana: estudo aponta impactos na saúde de 74% dos atingidos. G1 MG. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/08/20/tragedia-de-mariana-estudo-aponta-impactos-na-saude-de-74percent-dos-atingidos.ghtml>>. Acesso em: 02/10/2023.

COLATINA EM AÇÃO. Vídeo | Pescadores de Colatina fecham estrada de ferro em protesto contra corte de auxílio da Renova. Disponível em: <<https://colatinaemacao.com.br/2020/07/02/video-pescadores-de-colatina-fecham>>

estrada-de-ferro-em-protesto-contra-corte-de-auxilio-da-renova/#google_vignette>. Acesso em: 02/10/2023.

MELLO, Mayara. Pescadores do ES questionam valor de auxílio pago pela Samarco. TV Gazeta. Disponível em: <<https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/12/pescadores-do-es-questionam-valor-de-auxilio-pago-pela-samarco.html>>. Acesso em: 02/10/2023.

MACHADO, Viviane. Lama tira sustento, diversão e esperança de milhares no Rio Doce. G1 ES. Disponível em: <<https://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/02/lama-tira-sustento-diversao-e-esperanca-de-milhares-no-rio-doce.html>>. Acesso em: 02/10/2023.

LAMPIER JUNIOR, Alfredo. Rupturas socioambientais de um desastre: da mineradora Samarco à comunidade ribeirinha de Maria Ortiz. Disponível em: <<https://repositorio.uvv.br/bitstream/123456789/166/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20DE%20ALFREDO%20LAMPIER%20JUNIOR.pdf>>. Acesso em: 02/10/2023.

LOPES, Raissa. Crime da Samarco em Mariana pode piora surto de febre amarela. Brasil fatos. Disponível em: <<https://www.brasildefatong.com.br/2017/01/23/crime-da-samarco-em-mariana-pode-piorar-surto-de-febre>>. Acesso em: 02/10/2023.

MENEZES, Enzo. Sem água há uma semana, Colatina (ES) vive um caos com o rio Doce tomado pela lama. R7 BH. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/minas-gerais/sem-agua-ha-uma-semana-colatina-es-vive-caos-com-rio-doce-tomado-pela-lama-29062022>>. Acesso em: 02/10/2023.

MPF. O desastre. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>>. Acesso em: 02/10/2023.

ROCHA, Ederson. Impacto do rompimento da barragem em Mariana–MG na saúde da população ribeirinha da cidade de Colatina–ES .Disponível em: <<https://www.tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/1902/1669>>. Acesso em: 02/10/2023.

GAZETA DO POVO. Após 14 dias, lama tóxica vinda de MG chega ao centro de Colatina, no ES .Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/apos-14-dias-lama-toxica-vinda-de-mgchega-ao-centro-de-colatina-no-es-2m9l1jkk7twlmxwdq6cv3hfox/>>. Acesso em: 02/10/2023.

GAZETA DO POVO. Caminhões transportam 1 milhão de litros de água para afetados por lama no Espírito Santo. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/caminhoes-transportam-1-milhao-de-litros-de-agua-para-afetados-por-lama-no-espírito-santo-7xi9n9jchtiyg0seir0nwxfht/>>. Acesso em: 02/10/2023.

SANEAR. Período do rompimento da barragem de Mariana. Disponível em: <[https://sanear.es.gov.br/publicacoes/view/id/851/rompimento-da-barragem-de-mariana.html#:~:text=Diante%20do%20exposto%2C%20informamos%20que,por%2015%20\(quinze\)%20dias](https://sanear.es.gov.br/publicacoes/view/id/851/rompimento-da-barragem-de-mariana.html#:~:text=Diante%20do%20exposto%2C%20informamos%20que,por%2015%20(quinze)%20dias)>. Acesso em: 02/10/2023.

SÉCULO DIÁRIO. Samarco terá que indenizar moradores atingidos por lama em Colatina. Disponível em: <<https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/samarco-tera-que-indenizar-moradores-atingidos-por-lama-em-colatina>>. Acesso em: 02/10/2023.

ESTADO DE MINAS. Em Colatina, a água volta a ser captada do Rio Doce e o abastecimento recomeça nesta segunda-feira. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/23/interna_gerais,710585/em-colatina-agua-volta-a-ser-captada-do-rio-doce-e-abastecimento-reco.shtml>. Acesso em: 02/10/2023.

ES HOJE. Caso Samarco: MPF pede tutela de urgência para garantir qualidade da água à população de Colatina. Disponível em: <<https://eshoje.com.br/2023/07/caso-samarco-mpf-pede-tutela-de-urgencia-para-garantirqualidade-da-agua-a-populacao-de-colatina/>>. Acesso em: 02/10/2023.

EL PAÍS. Moradores já não confiam no Rio Doce e preferem comprar água. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/01/politica/1509554221_308432.html>. Acesso em: 02/10/2023.

EL PAÍS. Após um mês do tsunami da lama, a fila pela água potável em Minas. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/03/fotorrelato/1449167141_980177.html>. Acesso em: 02/10/2023.

FRANCO, Leticia. Comparativo dos tratamentos de água do rio doce após o rompimento da barragem da Samarco. Disponível em: <<https://www.meioambientepocos.com.br/anais-2016/191.%20COMPARATIVO%20DOS%20TRATAMENTOS%20DE%20%C3%81GUA%20DO%20RIO%20DOCE%20AP%C3%93S%20O%20ROMPIMENTO%20DA%20BARRAGEM%20DA%20SAMARCO.pdf>>. Acesso em: 02/10/2023.

RACISMO AMBIENTAL. Pós enchente, situação do rio Doce em Colatina (ES) volta a preocupar moradores. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2020/02/03/pos-enchente-situacao-do-rio-doce-em-colatina-es-volta-a-preocupar-moradores/>>. Acesso em: 02/10/2023.

PORTAL TEMPO NOVO. Água do rio Doce piora dois anos após lama da Samarco. Disponível em: <<https://www.portaltermonovo.com.br/agua-do-rio-doce-piora-dois-anos-apos-lama-da-samarco/>>. Acesso em: 02/10/2023.

G1 ES. Samarco diz que vai parar a entrega de água mineral a moradores de Colatina. Disponível em: <<https://g1.globo.com/espirito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/01/samarco-diz-que-vai-parar-entrega-de-agua-mineral-moradores-de-colatina.html>>. Acesso em: 02/10/2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. Sobre o Termo. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/sobre-o-termo/>>. Acesso em: 02/10/2023.

SANEAR. Município de Colatina entra com cautelar em ação civil pública contra a Samarco. Disponível em: <<https://sanear.es.gov.br/publicacoes/view/id/326/municipio-de-colatina-entra-com-cautelar-em-acao-c.html>>. Acesso em: 02/10/2023.

SOS MATA ATLÂNTICA. Qualidade Da Água Na Bacia do Rio Doce Piora Dois Anos Após Tragédia em Mariana. São Paulo, 07 de novembro de 2017.

ESTADO DE MINAS. Samarco é condenada a pagar R\$50 mil de indenização a moradores de Colatina. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/06/08/interna_gerais,770651/samarco-e-condenada-a-pagar-r-50-mil-de-indenizacao-a-moradores-de-co.shtml>. Acesso em: 02/10/2023.

OS IMPACTOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS DE MINÉRIO DE MARIANA-MG NA ATIVIDADE PESQUEIRA NO NORTE E NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO APRESENTADOS POR REPORTAGENS DA TV GAZETA. Espírito Santo: Educação Ambiental em Ação, v. 21, n. 24, 2019. Disponível em: www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3602. Acesso em: 13 nov. 2023.

<https://monitoramentoriadoce.org/graficos/chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://redeufes-riodoce.ufes.br/sites/redeufesriodoce.ufes.br/files/field/anexo/Ribeirinhos%20do%20Baixo%20Rio%20Doce.pdf>

<https://sou.ucs.br/revistas/index.php/ricaucs/article/view/103/109>

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA120_ID102004102021155516.pdf

<https://www.scielo.org/article/sdeb/2020.v44nspe2/69-83/pt/>

<https://link.springer.com/article/10.1007/s11908-022-00789-y>

<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Colatina.pdf>

<https://repositorio.ufes.br/handle/10/4409>

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-888-de-4-de-maio-de-2021-318461562>

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=114770>

<https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/ministerio-publico-fez-alerta-sobre-preco-excessivo-da-agua-mineral-em-colatina>

<https://www.portaltenponovo.com.br/galao-de-agua-a-r-35-em-cidade-capixaba-as-margens-do-rio-doce/>

https://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/wp-content/uploads/2022/08/cartilha2_Impacto_IMPRESSAO.pdf



Prefeitura Municipal de Colatina
Secretaria Municipal de Saúde

Reunião para Construção participativa do Plano de Ação do Município de Colatina/ES

Bairro: MARIA ORTIZ;

Local: Unidade de Saúde do bairro Maria Ortiz;

Data: 25/11/2019;

Horário: 09 horas.

Nome	Assinatura
Ana Paula Ortiz	
Mildo de Souza Soares ACS	
Andressa Carla Pacheco Gomes da Rocha	
Ediceira Passos da Silva Pereira	
Elisio Cuzzanol	
Luciene Carla Simões	
Claudio M. Santos Presidente	
Maura dos Santos Ferreira Wai-chrest	
Luciz Carlos Wai-chrest	
Luciziane Wai-chrest	
Luciana Campos	
Milza Perini da Silva	
Adriana de Conceição	
Adriana de Conceição	
Odete dos Santos Góes	
JACÓ TAVARES DE FREITAS	
Adriana Renalda dos Santos	
Zenairde de Paula Góes	
Doraine Oliveira da Nascimento	
Renilda M. Wai-chrest Amigo	
Rozlene Klipart Pouché	
Thimoteo Gomes Nogueira	
Samuel Carlos Simões	
Augusto Marcelo Zago	
Jose de Freitas Simões	
Carla Maria Almeida	



**Prefeitura Municipal de Colatina
Secretaria Municipal de Saúde**

Reunião para Construção participativa do Plano de Ação do Município de Colatina/ES

Bairro: SÃO MIGUEL;

Local: Residência do Presidente da Associação de moradores do bairro São Miguel;

Data: 31/10/2019;

Horário: 18 horas.

Nome	Assinatura
Ana Paula Ortali	
AUGUSTO MARVALDO ZOTO	
Fabricio Dabau	
DURVAL DE FREITAS	
Liment Gomes Passos	
Amarildo Fernandes Siqueira	
Paulo Paulo Gimade Almeida	

Resolução Conselho Municipal de Saúde



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

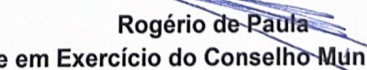
Resolução nº. 7/2024

O Conselho Municipal de Saúde de Colatina, constituído através da Lei nº. 3.740/91, alterado pelas Leis nº. 4.050/93, nº. 5.080/05, 5.280/07, 5.909/12, nº 6.088/2014, 6.131/2014, e atualmente pela Lei nº 7.044 de 15 de dezembro de 2022, reunido extraordinariamente em 31 de julho de 2024.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano Municipal de Gerenciamento de Ações de Recuperação em Saúde Pós-Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG do município de Colatina-ES.

Colatina, 31 de julho de 2024.


Rogério de Paula
Presidente em Exercício do Conselho Municipal de Saúde

Homologado em 31/07/24


Michel Fernando Barth
Secretário Municipal de Saúde

Anexo II

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE						
PROBLEMA: Estrutura da rede de atendimento da Atenção Primária à Saúde.						
OBJETIVO: Ampliar e proporcionar um melhor atendimento à população com os serviços ofertados pela Atenção Primária à Saúde.						
INVESTIMENTO						
ITEM	AÇÃO	PRAZO PARA INÍCIO	PRAZO PARA TÉRMINO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	VALOR ESTIMADO
01	Ampliar vertical e reformar a Unidade Básica de Saúde do bairro São Silvano (tipo II). Observação: Área aproximada da UBS São Silvano 491 m ² ; R\$/m ² : 6.540,73.	60 dias a contar da Aprovação do Plano.	06 meses após o início da execução da obra.	Unidade Básica de Saúde ampliada e reformada.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	R\$ 3.211.500,00
02	Construir a sede da Unidade Básica de Saúde do bairro Santa Joana (tipo I). Observação: Valores obtidos pelo documento PROJETO ARQUITETÔNICO DA UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PROGRAMA DECENAL APS+10, encontrado no link: https://atencao primaria.es.gov.br/projetos-aps-10	180 dias a contar da Aprovação do Plano.	18 meses após o início da execução da obra.	Unidade Básica de Saúde construída.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	R\$ 2.151.645,36
03	Construir a sede da Unidade Básica de Saúde do bairro Maria Ortiz (tipo I). Observação: Valores obtidos pelo documento PROJETO ARQUITETÔNICO DA UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PROGRAMA DECENAL APS+10, encontrado no link: https://atencao primaria.es.gov.br/projetos-aps-10	180 dias a contar da Aprovação do Plano.	18 meses após o início da execução da obra.	Unidade Básica de Saúde construída.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	R\$ 2.151.645,36
04	Construir a sede da Unidade Básica de Saúde do bairro Itapina (tipo I). Observação: Valores obtidos pelo documento PROJETO ARQUITETÔNICO DA UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PROGRAMA DECENAL APS+10, encontrado no link: https://atencao primaria.es.gov.br/projetos-aps-10	180 dias a contar da Aprovação do Plano.	18 meses após o início da execução da obra.	Unidade Básica de Saúde construída.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	R\$ 2.151.645,36
05	Construir a sede da Unidade Básica de Saúde do bairro Baunilha (tipo II). Observação: Valores obtidos pelo documento PROJETO ARQUITETÔNICO DA UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PROGRAMA DECENAL APS+10, encontrado no link: https://atencao primaria.es.gov.br/projetos-aps-10	180 dias a contar da Aprovação do Plano.	18 meses após o início da execução da obra.	Unidade Básica de Saúde construída.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	R\$ 2.669.060,67
06	Adquirir os equipamentos e mobiliários (mesas, cadeiras, ar-condicionado, equipamentos de informática, dentre outros) necessários para a Unidade Básica de Saúde dos bairros São Silvano, Santa Joana, Maria Ortiz, Itapina e Baunilha.	Imediato a partir da entrega da obra.	Não se aplica.	Equipamentos e mobiliários adquiridos e à disposição da equipe.	Financiamento da Fundação Renova e compra pela Prefeitura Municipal de Colatina.	R\$ 800.000,00 (cada Unidade Básica de Saúde). Total: R\$ 4.000.000,00.

CUSTEIO						
ITEM	AÇÃO	PRAZO PARA INÍCIO	PRAZO PARA TÉRMINO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	VALOR ESTIMADO
07	Contratar profissionais para compor 12 equipes de Estratégia de Saúde da Família. 12 Médico 40horas/semana/cada; 12 Enfermeiro 40horas/semana/cada; 12 Técnico de enfermagem 40horas/semana/cada.	120 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de contratação dos profissionais.	Profissionais contratados.	Financiamento da Fundação Renova e contratação dos profissionais pela Prefeitura Municipal de Colatina.	Mês: R\$ 288.900,00 Ano: R\$ 3.466.800,00 10 anos: R\$ 34.668.000,00
08	Locar 15 veículos, com motorista e disponibilidade de combustível.	30 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de locação do veículo.	Veículos locados.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 86.148,40 ANO R\$ 1.033.780,80 10 ANOS R\$ 10.337.808,00
09	Adquirir insumos ambulatoriais (fraldas, sondas, dentre outros).	30 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data da primeira aquisição.	Insumos ambulatoriais adquiridos.	Financiamento da Fundação Renova e aquisição dos insumos pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 250.000,00 ANO R\$ 3.000.000,00 10 ANOS R\$ 30.000.000,00
10	Contratar 05 Assistentes Sociais, 40horas/semana/cada, para atuarem junto as Equipes de Estratégia de Saúde da Família.	120 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de contratação dos profissionais.	Profissionais contratados.	Financiamento da Fundação Renova e contratação dos profissionais pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 24.060,25 ANO R\$ 288.723,00 10 ANOS R\$ 2.887.230,00
11	Contratar 05 Educadores Físicos, 40horas/semana/cada, para atuarem junto as Equipes de Estratégia de Saúde da Família.	120 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de contratação dos profissionais.	Profissionais contratados.	Financiamento da Fundação Renova e contratação dos profissionais pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 29.224,60 ANO R\$ 350.695,20 10 ANOS R\$ 3.506.952,00
VALOR FINAL NOS 10 ANOS: R\$ 97.735.486,80						

ATENÇÃO ESPECIALIZADA
PROBLEMA: Complexidade da demanda da atenção especialidade.

OBJETIVO: Proporcionar um atendimento adequado, com maior acesso por parte da população e efetividade no diagnóstico e tratamento dos problemas de saúde.

INVESTIMENTO

ITEM	AÇÃO	PRAZO PARA INÍCIO	PRAZO PARA TÉRMINO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	VALOR ESTIMADO
01	Construir a sede para comportar o Ambulatório Municipal de Especialidades, Centro de Especialidades Odontológicas, Laboratório, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária e Vigilância em Saúde do Trabalhador e Trabalhadora.	180 dias a contar da Aprovação do Plano.	18 meses após o início da execução da obra.	Ambulatório Municipal de Especialidades, Centro de Especialidades Odontológicas, Laboratório, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária e Vigilância em Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, construído.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	R\$ 22.000.000,00
02	Adquirir dos equipamentos e mobiliários (mesas, cadeiras, ar-condicionado, dentre outros) necessários para o Ambulatório Municipal de Especialidades, Centro de Especialidades Odontológicas, Laboratório, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária e Vigilância em Saúde do Trabalhador e Trabalhadora.	Imediato a partir da entrega da obra.	Não se aplica.	Equipamentos e mobiliários adquiridos e à disposição da equipe.	Financiamento da Fundação Renova e compra pela Prefeitura Municipal de Colatina.	R\$ 5.000.000,00
03	Adquirir os equipamentos e mobiliários (mesas, cadeiras, ar-condicionado, dentre outros) para os núcleos de Tele Saúde nas Unidades Básicas de Saúde.	Imediato a partir da contratação da empresa para prestação do serviço de Tele Saúde.	Não se aplica.	Equipamentos e mobiliários adquiridos e à disposição da equipe.	Financiamento da Fundação Renova e compra pela Prefeitura Municipal de Colatina.	R\$ 1.000.000,00

CUSTEIO

ITEM	AÇÃO	PRAZO PARA INÍCIO	PRAZO PARA TÉRMINO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	VALOR ESTIMADO
04	Adquirir consultas especializadas.	30 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de aquisição das consultas especializadas.	Consultas adquiridas.	Financiamento da Fundação Renova e contratação dos profissionais pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 250.000,00 ANO R\$ 3.000.000,00 10 ANOS R\$ 30.000.000,00
05	Ampliar a oferta de exames laboratoriais e de imagem.	30 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de contratação dos laboratórios.	Laboratórios contratados e serviço prestado.	Financiamento da Fundação Renova e contratação dos laboratórios pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 330.000,00 ANO R\$ 3.960.000,00 10 ANOS R\$ 39.600.000,00
06	Ampliar o contrato com a empresa para prestação dos serviços de transporte sanitário, com a locação de 03 vans, com motorista e disponibilidade de combustível.	30 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de contratação da empresa.	Contrato ampliado.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 138.000,00 ANO R\$ 1.656.000,00 10 ANOS R\$ 16.560.000,00

VALOR FINAL NOS 10 ANOS: R\$ 114.160.000,00

REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
PROBLEMA: Comprometimento no fornecimento dos atendimentos da rede de urgência e emergência.

OBJETIVO: Garantir o acesso à população aos atendimentos da rede de urgência e emergência com qualidade, efetividade, racionalidade e eficácia.

CUSTEIO

ITEM	AÇÃO	PRAZO PARA INÍCIO	PRAZO PARA TÉRMINO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	VALOR ESTIMADO
01	Locar 06 ambulâncias, tipo A (simples remoção), com motorista e disponibilidade de combustível para realização de transporte sanitário municipal e intermunicipal em atendimento as demandas não contempladas pelo atendimento do SAMU.	30 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de locação do veículo.	Veículos locados.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 80.000,00 ANO R\$ 960.000,00 10 ANOS R\$ 9.600.000,00

VALOR FINAL NOS 10 ANOS: R\$ 9.600.000,00

SAÚDE MENTAL
PROBLEMA: Comprometimento mental da população.
OBJETIVO: Garantir o acesso ao paciente com a possibilidade de diagnóstico e tratamento da doença.
INVESTIMENTO

ITEM	AÇÃO	PRAZO PARA INÍCIO	PRAZO PARA TÉRMINO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	VALOR ESTIMADO
01	Construir a sede do CAPS II.	180 dias a contar da Aprovação do Plano.	18 meses após o início da execução da obra.	Sede do CAPS II construída.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	R\$ 3.000.000,00
02	Adquirir dos equipamentos e mobiliários (mesas, cadeiras, ar-condicionado, dentre outros) necessários para o CAPS II.	Imediato a partir da entrega da obra.	Não se aplica.	Equipamentos e mobiliários adquiridos e à disposição da equipe.	Financiamento da Fundação Renova e compra pela Prefeitura Municipal de Colatina.	R\$ 800.000,00
03	Ampliar e reformar a sede do CAPS AD.	60 dias a contar da Aprovação do Plano.	06 meses após o início da execução da obra.	Sede do CAPS AD ampliada e reformada.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	R\$ 1.405.502,36
04	Adquirir dos equipamentos e mobiliários (mesas, cadeiras, ar-condicionado, dentre outros) necessários para o CAPS AD.	Imediato a partir da entrega da obra.	Não se aplica.	Equipamentos e mobiliários adquiridos e à disposição da equipe.	Financiamento da Fundação Renova e compra pela Prefeitura Municipal de Colatina.	R\$ 800.000,00
05	Adquirir dos equipamentos e mobiliários (mesas, cadeiras, ar-condicionado, dentre outros) necessários para o CAPS I.	Imediato a partir da entrega da obra.	Não se aplica.	Equipamentos e mobiliários adquiridos e à disposição da equipe.	Financiamento da Fundação Renova e compra pela Prefeitura Municipal de Colatina.	R\$ 800.000,00

CUSTEIO

ITEM	AÇÃO	PRAZO PARA INÍCIO	PRAZO PARA TÉRMINO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	VALOR ESTIMADO
06	Locar 02 ambulâncias, tipo A (simples remoção), com motorista e disponibilidade de combustível (CAPS II e CAPS AD) para transporte dos pacientes em surto, para internação ou conforme necessidade dos setores.	30 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de locação do veículo.	Veículos locados.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 29.719,80 ANO R\$ 356.637,60 10 ANOS R\$ 3.566.376,00
07	Locar 02 veículos de cinco lugares, com motorista e disponibilidade de combustível (CAPS II e CAPS AD) para locomoção das equipes e usuários para atividades externas ao setor.	30 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de locação do veículo.	Veículos locados.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 13.153,12 ANO R\$ 157.837,44 10 ANOS R\$ 1.578.374,40
08	Contratar 15 profissionais psicólogos, 20 horas/semana/cada.	60 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de contratação dos profissionais.	Profissionais contratados.	Financiamento da Fundação Renova e contratação dos profissionais pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 55.596,00 ANO R\$ 667.152,00 10 ANOS R\$ 6.671.520,00

VALOR FINAL NOS 10 ANOS: R\$ 18.621.772,80

VIGILÂNCIA EM SAÚDE						
VIGILÂNCIA AMBIENTAL e VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA						
PROBLEMA: Aumento da demanda relacionada as atividades a serem desenvolvidas no pós desastre.						
OBJETIVO: Garantir a prevenção de doenças e manter o monitoramento dos agravos de relevância epidemiológica.						
CUSTEIO						
ITEM	AÇÃO	PRAZO PARA INÍCIO	PRAZO PARA TÉRMINO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	VALOR ESTIMADO
01	Locar 01 veículo tipo van, com motorista e disponibilidade de combustível (Vigilância Ambiental) para transporte dos profissionais as comunidades do interior para ações de controle vetorial.	30 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de locação do veículo.	Veículo locado.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 10.425,00 ANO R\$ 125.100,00 10 ANOS R\$ 1.251.000,00
02	Locar 01 veículo tracionado, com cinco lugares, motorista e disponibilidade de combustível (Vigilância Ambiental) para execução de ações de controle vetorial.	30 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de locação do veículo.	Veículo locado.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS: R\$ 9.000,00 ANO: R\$ 108.000,00 10 ANOS: R\$ 1.080.000,00
03	Contratar 02 enfermeiros com especialização em epidemiologia, 30 horas/semana/cada (Vigilância Epidemiológica).	120 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de contratação dos profissionais.	Profissionais contratados.	Financiamento da Fundação Renova e contratação dos profissionais pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 6.985,24 ANO R\$ 83.822,88 10 ANOS R\$ 838.228,80
04	Contratar 01 engenheiro químico, 30 horas/semana(Vigilância Epidemiológica) para análise, acompanhamento e devolutiva dos laudos de amostras de água.	120 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de contratação dos profissionais.	Profissional contratado.	Financiamento da Fundação Renova e contratação dos profissionais pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 3.492,62 ANO R\$ 41.911,44 10 ANOS R\$ 419.114,40
05	Locar 01 veículo, com cinco lugares, motorista e disponibilidade de combustível (Vigilância Epidemiológica) para transporte da equipe no acompanhamento das coletas de monitoramento da água e demais demandas.	30 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de locação do veículo.	Veículo locado.	Financiamento da Fundação Renova e contratação da empresa pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 7.076,56 ANO R\$ 84.918,72 10 ANOS R\$ 849.187,20
VALOR FINAL NOS 10 ANOS: R\$ 4.437.530,40						

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA						
PROBLEMA: Comprometimento na dispensação dos medicamentos em determinadas áreas do território.						
OBJETIVO: Proporcionar um acesso mais facilitado aos medicamentos listados na REMUME.						
INVESTIMENTO						
ITEM	AÇÃO	PRAZO PARA INÍCIO	PRAZO PARA TÉRMINO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	VALOR ESTIMADO
01	Adquirir 01 veículo tipo van, adaptado, com motorista e disponibilidade de combustível para atuar como uma Farmácia Itinerante.	30 dias a contar da Aprovação do Plano.	Não se aplica.	Veículo adquirido.	Financiamento da Fundação Renova e compra pela Prefeitura Municipal de Colatina.	R\$ 340.918,00
CUSTEIO						
ITEM	AÇÃO	PRAZO PARA INÍCIO	PRAZO PARA TÉRMINO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	VALOR ESTIMADO
02	Contratar 02 farmacêuticos, 40 horas/semana/cada para atuação nas áreas que não são contempladas com Unidade de Dispensação de Medicamentos.	120 dias a contar da Aprovação do Plano.	10 anos a contar da data de contratação dos profissionais.	Profissionais contratados.	Financiamento da Fundação Renova e contratação dos profissionais pela Prefeitura Municipal de Colatina.	MÊS R\$ 3.706,40 ANO R\$ 44.476,80 10 ANOS R\$ 444.768,00
VALOR FINAL NOS 10 ANOS: R\$ 785.686,00						

Síntese dos valores da Matriz do Plano de Ação em Saúde:

FONTES DE RECURSO	VALOR ANUAL	VALOR PARA 10 ANOS
INVESTIMENTO	R\$ 51.481.917,20	-
CUSTEIO	R\$ 19.385.855,90	R\$ 193.858.559,00
VALOR PARCIAL	R\$ 70.867.773,10	
VALOR TOTAL R\$ 264.726.332,00		

LEGENDA:

INVESTIMENTO

CUSTEIO

Observação: Os valores foram calculados no momento da construção da planilha (07/2024). Caso até a sua execução os valores sofram reajustes estes deverão ser atualizados em planilha e repassados pela Fundação Renova.

As ações propostas representam a realidade atual, podendo sofrer alterações antes da execução do Plano.